



---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Matéria sobre a mesa.

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 343, DE 2017**

**(DO PODER EXECUTIVO)**

*Discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, que “institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências”. Pendente de parecer das Comissões: de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de votação pelo processo nominal com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeiro, nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, a votação nominal do requerimento que solicita a retirada de pauta do PLP nº 343/17.*

*Sala das Sessões, 05/04/17*

*Dep. Carlos Zarattini*

*Líder do PT*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vou fazer uma pergunta: se este é o primeiro requerimento e o outro é o segundo e ainda não houve nenhuma votação nominal, este primeiro é inócuo, porque naturalmente, para o segundo, podem pedir verificação.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o que está em questão é a oportunidade de votar a preferência do substitutivo do texto do Relator. Se houver acordo para ter votação nominal...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não haverá acordo. Hoje vamos cumprir o Regimento. Eu já informei isso ao Líder do PT. Então, vamos ao voto.

Para falar a favor...

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Este projeto é todo por votação nominal, Deputado. É projeto de lei complementar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Todo, não. O substitutivo não obrigatoriamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É. É projeto de lei complementar.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - A preferência do substitutivo será nominal...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A preferência, não.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - V.Exa. acabou de dizer que será tudo nominal. Então, este requerimento também é regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini. *(Pausa.)*

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Posso ser eu?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não.



Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana.

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, especialmente os colegas de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do meu Rio Grande do Sul, a questão que nós vamos debater nas próximas horas não é se queremos ou não melhorar a situação fiscal dos Estados. É óbvio que todos nós queremos encontrar uma solução real que melhore as finanças dos Estados brasileiros, inclusive dos que estão menos endividados do que Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, mas que também enfrentam problemas. O problema é o formato como o Governo Federal quer fazer essa renegociação de dívidas.

A primeira grande questão, Deputado Afonso Florence, é que isto não resolve estruturalmente a dívida, Deputado Celso Pansera. O que o Governo Federal está propondo é mais ou menos o seguinte: é como se alguém tivesse uma dívida de 10 mil reais no cheque especial, Deputado Wadih Damous, aí vem o gerente do banco e diz: *“Eu não vou lhe cobrar nada nos próximos 3 anos.”* A pessoa até pensa: *“Isso aqui está bom demais para mim”*. E aí perguntam, Deputada Jandira Feghali: *“Mas e depois dos 3 anos?”* *“Ah, depois dos 3 anos, todo o juro, tudo o que o senhor não pagou, tudo fica num bolo maior, e o senhor tem uma dívida maior.”*

O Rio Grande do Sul, por exemplo, se assinar esse tipo de negociação, vai crescer sua dívida em 25 bilhões de reais. Mas é pior, a troca de não resolver nada da dívida, o Governo Federal quer que o Rio Grande do Sul venha aqui, ajoelhe e diga: *“Eu vou vender o BANRISUL, eu vou vender a CORSAN, eu vou vender o resto da CEEE”*. Aí eu vou dizer o seguinte para o Governo Federal: *“Então vamos cancelar a eleição para Governador no Rio Grande do Sul. Vocês nomeiam um*



---

*interventor para cuidar do Rio Grande do Sul.*”, porque o Governo Federal está querendo se transformar numa espécie de FMI dos Estados. Ele quer controlar o que todo Estado tem que fazer.

Nós queremos sempre responsabilidade fiscal, nós queremos sempre melhorar a situação dos Estados e do País, mas nós não podemos melhorá-la com um projeto que não resolve os problemas e que, ao contrário, deixa uma bola de neve e uma bomba de efeito retardado, Deputado Arnaldo Faria de Sá, para o próximo Governador e para o próximo Presidente da República.

Outra coisa, o projeto proíbe o reajuste de todo e qualquer servidor público. Isto aqui é uma loucura! Nós temos que zerar a conta, retirar este projeto daqui e fazer um projeto real de renegociação. A última renegociação que houve — essa sim — alterou o índice de correção das dívidas dos Estados, que era o IGP-DI mais 6% e baixou para o IPCA mais 4%. Essa foi uma negociação feita durante o Governo da Presidenta Dilma — foi aprovada, inclusive —, e depois não foi adiante.

Isso diminui o nível de endividamento dos Estados, porque hoje estão pagando em demasia as suas dívidas. Elas foram federalizadas em um ambiente econômico, e hoje nós temos outro ambiente econômico. Hoje o Governo Federal, na verdade, está ganhando dinheiro com o fato de ter federalizado as dívidas dos Estados.

Este projeto, do jeito que está, não serve aos Estados, inclusive ao Rio Grande do Sul, que é um dos supostos beneficiários.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, peço para fazer uso da palavra pela Liderança do PSOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pela Liderança do PSOL, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que estão acompanhando a sessão neste momento, primeiro, deixo aqui a nossa saudação ao Deputado Jean Wyllys, companheiro de bancada. Fez-se justiça no Conselho de Ética contra qualquer tipo de suspensão de seu mandato e de suas prerrogativas. O mandato do Deputado Jean Wyllys é, mais do que tudo, necessário ao Parlamento brasileiro e principalmente ao Brasil.

Um abraço grande, Jean Wyllys. Tenho certeza de que é o abraço de vários Parlamentares deste plenário e de toda a bancada do PSOL.

Em relação a esta matéria, que conversa é essa de que ela é para auxiliar o Estado do Rio de Janeiro? Auxiliar o Estado do Rio de Janeiro coisa nenhuma! Eu ouvi aqui a fala do Deputado Henrique Fontana de que isso não é para beneficiar o Estado do Rio Grande do Sul. E não é para beneficiar o Estado do Rio de Janeiro também! As contrapartidas que estão aí colocadas são draconianas.

O PMDB quebrou o Estado do Rio de Janeiro, saqueou tudo que podia saquear. Não satisfeito em ter quebrado o Estado do Rio de Janeiro, em ter saqueado o Estado do Rio de Janeiro, até num momento de renegociação de um processo de dívida, ele quer fazer mais. Quer fazer com que uma empresa como a CEDAE, que é superavitária, que tem saldo, que dá lucro, seja privatizada a qualquer custo.



Veja só, Deputado Henrique Fontana, eles querem, no Rio de Janeiro, ampliar a contribuição previdenciária do servidor. O servidor do Estado do Rio de Janeiro não está nem recebendo salário, e querem aumentar o pagamento daquilo que o servidor não tem para dar?! Isso é uma brincadeira!

Deputados e Deputadas, nós não vamos votar esta matéria com esse tipo de contrapartida como se ela fosse beneficiar os Estados. Renegociar a dívida? Sim, claro! Ter 3 anos para pagamento? Ótimo! Agora, com contrapartida draconiana? De jeito nenhum!

O que está aí colocado é jogar a bomba no colo dos futuros Governos, porque não há perdão de dívida. Pelo contrário, depois vão cobrar juros sobre juros e utilizar este período de crise para fazer com que o conjunto dos servidores e trabalhadores pague a conta e privatizar tudo que seja possível.

Renegociar a dívida? Sim! Defender os trabalhadores? Sim! Contrapartidas draconianas contra os servidores públicos e contra o Estado do Rio? Não!



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento de votação pelo processo nominal, de autoria do PT.

Orientação de bancada.

Como vota o Bloco PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que obstruir a aprovação deste projeto é ir contra a urgência, a necessidade dessa recuperação. Hoje, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul estão em situação de penúria. Mas a curto, médio e longo prazo todos os Estados estarão nessa situação.

Por isso nós fazemos este apelo à Oposição: vamos votar! Vote contra a matéria! Tire! Destaque a matéria! Faça qualquer coisa, mas não obstrua! Obstruir é negar aos Estados o direito a essa recuperação, porque isso é uma recuperação, isso não é anistia.

Outra coisa, o Relator minimizou vários pontos, flexibilizou, modificou, fez tudo que podia para atender aos apelos.

Por isso, o Bloco PP vota “não”. Eu peço a V.Exa. que faça isso com a base, para nós ganharmos tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.

Como vota o PMDB?

**O SR. VALDIR COLATTO** (PMDB-SC. pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB vota “não” porque entende que os Estados têm que ter essa recuperação. A União, como um Estado federativo, tem sim que ajudar...



**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a orientação para toda a base é o voto “não”, e não o voto “sim” como foi marcado no painel.

**O SR. SIMÃO SESSIM** - Sr. Presidente, a orientação é o voto “não”.

**O SR. VALDIR COLATTO** - Santa Catarina não tem essa necessidade momentaneamente. Mas nós entendemos que o Brasil todo deve ajudar os Estados que estão em dificuldade.

Por isso, o PMDB vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste a esta sessão, peço a divulgação deste pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O Presidente Temer, com este PLP 343 e o relatório do Deputado Pedro Paulo... E os Deputados que vão votar neste Plenário terão que votar o arrocho do professor e da professora, o arrocho do policial militar, o arrocho do policial civil! E vai aumentar a dívida! E tem que privatizar as empresas!

Esta é uma proposta para enterrar os Estados. Isso é um absurdo! Por isso, a votação tem que ser nominal, porque o Deputado e a Deputada têm que assumir a sua responsabilidade diante dos eleitores do seu Estado. Os eleitores de Minas Gerais, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul têm que saber quem está enterrando a economia desses Estados! Por isso, a votação tem que ser nominal!

Quem está arrochando salários de professores, de policiais militares, de policiais civis, do Ministério Público e da Defensoria?



Por isso, o voto é “sim”.

**O SR. AFONSO MOTTA** - Sr. Presidente, o PDT...

**O SR. EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar o Democratas.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, o PCdoB...

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Democratas vota “não”. E quero lembrar que a medida vai cair no colo é de quem não votar esta matéria, quando, amanhã, houver policiais parados em greve nos Estados. O que aconteceu no Estado do Espírito Santo terá sido apenas uma pequena amostra do que pode acontecer nesses outros Estados, muito maiores.

Setores como a polícia de Estados dentre os que estão enquadrados — Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro — ameaçam paralisação. Isso vai cair no colo deste Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, por não votar a matéria por mera politicagem e permitir que, amanhã, o caos se instale nesses Estados.

É para isso que todos devem estar antenados!

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai votar “sim”...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PDT vota “sim”.

**O SR. AFONSO MOTTA** - ...porque essas contrapartidas são inaceitáveis. Nós poderíamos superar muito bem esta questão, se colocássemos as contrapartidas para serem decididas pelos Governos. Mas, no caso, contrapartidas



que arrocham o funcionalismo, contrapartidas que determinam a venda de ativos são inaceitáveis.

Nós queremos ajudar o Governo do Rio Grande do Sul, mas assim a proposta não vai passar!

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Danilo Forte, para orientar o PSB.

**O SR. DANILO FORTE** (PSB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB quer contribuir, porque tem o espírito de solidariedade na sua bandeira e entende que a Nação é uma, assim nós não podemos tratar diferenciadamente os Estados. Inclusive, nós do Nordeste, que já fomos tão discriminados nos desequilíbrios regionais deste País, compreendemos a importância da votação desta matéria. Qualquer postergação na sua aprovação, qualquer adiamento fragiliza a situação dos Estados. Por isso, este é o momento de se tomar essa decisão.

Por outro lado, nós compreendemos também que é necessário que o Relator da matéria, o Deputado Pedro Paulo, faça um esclarecimento sobre as modificações do substitutivo a ser apresentado, para dar conforto ao Plenário.

Há muitas dúvidas ainda. Por exemplo, nós dos Estados que estão saneados fiscal e financeiramente, como é o caso do Estado do Ceará, só vamos nos sentir confortáveis se for subtraído do substitutivo o art. 10, porque com esse artigo os Estados que cumpriram seu dever de casa não terão conforto para aprovar...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Peço que conclua, Deputado, em 1 minuto.



**O SR. DANILO FORTE** - Então, é necessário que o Relator faça uma explanação sobre as modificações que foram feitas.

Nós votamos “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu tenho ouvido aqui algumas declarações de Parlamentares do Rio de Janeiro que me preocupam.

Para nós que fazemos parte das outras Unidades da Federação, era importante ter esclarecimentos não só do Relator, o Deputado Pedro Paulo, mas também dos coordenadores das bancadas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul sobre sua posição.

Nós que fazemos parte dos outros Estados da Federação queremos ter a segurança de que aqueles que representam o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul estão de acordo com a matéria. Não é um Deputado do meu Estado, Pernambuco, que vai empurrar ao Rio de Janeiro uma solução que o próprio Estado não quer, para não passar a impressão de que este Plenário está obrigando o Rio de Janeiro a uma solução.

Aí, sim, o Deputado do Rio de Janeiro que não quiser arrumar solução para os seus problemas que venha aqui dizer que é contra. Mas é muito importante sabermos a posição das duas bancadas: a bancada do Rio Grande do Sul e a bancada do Rio de Janeiro, para dar conforto também a nós, Parlamentares dos demais Estados, a respeito da matéria. E da bancada de Minas Gerais também, com está ressaltando o Deputado Pauderney Avelino.

Então, eu peço que as três bancadas se manifestem sobre o...



*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD está em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSD está em obstrução.

Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que esta matéria já foi apreciada e derrotada neste Plenário, em dezembro do ano passado. E este ano, já sob sua Presidência, nenhuma sessão de vetos foi convocada pelo Presidente do Congresso Nacional. É necessário analisar os vetos. Derrubando os vetos do PLP 257, estaríamos com o problema resolvido.

Esta matéria é desarrazoada, faz exigências descabidas aos Estados brasileiros, trata de maneira igual os desiguais. Os Governadores que cumpriram o dever de casa serão penalizados.

É fundamental entendermos que há uma moratória, mas há uma exigência absurda, prejudicando servidores e o Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do PSOL tem uma posição clara sobre o tema: esta matéria não ajuda o Estado do Rio de Janeiro, o Estado do Rio Grande do Sul e os demais Estados contemplados.



Vejam só: há um período de 3 anos para que a dívida não seja paga. Só que esse período sem pagamento da dívida não pode nem ser considerado carência de 3 anos, porque, depois, serão cobrados juros sobre juros, Deputado Edmilson. O projeto joga a bomba no colo do futuro governo e faz mais, retira os direitos dos trabalhadores desses Estados.

Os trabalhadores do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, não estão nem recebendo salário. E querem ampliar a contribuição previdenciária desses servidores, além de fazer com que a Companhia Estadual de Águas e Esgotos — CEDAE seja privatizada de qualquer maneira? Isso é absurdo! Essas contrapartidas são draconianas.

O PSOL vota “sim” ao requerimento de votação nominal do requerimento de retirada de pauta e vota “não” a essas contrapartidas.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede, Deputado Miro Teixeira?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, V.Exa. é do Rio de Janeiro como eu. Os responsáveis pelo situação em que está o Rio de Janeiro estão recolhidos ao presídio, ao complexo penitenciário de Bangu. E, a rigor, agora, o povo está sendo chamado a pagar uma conta que é daqueles que estão lá no presídio — dizem até que alguns têm privilégios que não são imagináveis para qualquer espécie de réu.

Não creio que alguma coisa será conseguida sem uma negociação, mas não se sabem sequer os efeitos dessa negociação. Não se sabe exatamente se o texto que está aí distribuído é o que vai ser votado.



Aqui já se falou dos servidores de modo geral. O Poder Judiciário vai ficar na mão do Governador. Mas são integrantes do Governo que estão cometendo crimes. São eles os criminosos. E vai se entregar aos criminosos a administração da tragédia daqueles que foram atingidos por eles.

Então, neste momento, nós queremos, sim, uma votação nominal do requerimento de retirada de pauta. Pessoalmente, votarei pela retirada de pauta. Eu quero uma negociação, mas uma negociação de fato, e não uma imposição, aproveitando-se de uma situação que foi criada por governantes eleitos graças ao apoio daqueles que estão no Poder Federal hoje.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na verdade, para esclarecer os Srs. Parlamentares, nós não estamos nem discutindo o mérito da matéria. Quando formos discutir o mérito, Deputado Relator, sabe o que há dentro das condicionantes que são feitas? O aumento da alíquota da contribuição previdenciária de 11% para 14% para o Estado.

Aliás, se formos levar ao pé da letra, Sr. Presidente, isso vai resultar em uma ADI. A União não pode legislar sem reforma da Previdência, estabelecendo um aumento da contribuição previdenciária para os Estados. A PEC não foi aprovada ainda! Ora, vejam só: a PEC nem sequer foi aprovada, e já estão querendo aumentar a contribuição previdenciária. Não dá!



De qualquer maneira, nós vamos discutir o mérito dela. Agora, nós só estamos querendo uma votação nominal, para os Governadores saberem como é que nós estamos votando.

Portanto, o nosso voto é “sim”.

Eu quero fazer um apelo a V.Exa., Sr. Presidente. Quero fazer uma proposta de acordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, antes da proposta, quero informar a V.Exa. que a Câmara não vai votar aumento de contribuição previdenciária de Estado algum.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Se V.Exa. desse...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado. Quem vai votar o aumento de contribuição previdenciária são as Assembleias Legislativas. A Câmara votará apenas quais são as contrapartidas...

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Mas é condição para o Estado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Calma!

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Estabelece condição para o Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só vai aderir quem quiser, Deputado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora existe aparte de V.Exa.?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu estou apenas fazendo um esclarecimento.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - É condicionante, Sr. Presidente.



**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não, Sr. Presidente. O Presidente Temer disse que tirou os servidores estaduais, mas os colocou aí. Os Deputados vão colocar a sua digital nisso, porque, se aumenta a alíquota, Sr. Presidente...

*(O microfone é desligado.)*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 063.3.55.O**  
**Data: 05/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

REJEITADO.



**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA)** - Peço verificação.

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS)** - Peço verificação, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA)** - Peço verificação.

**O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia)** - Verificação concedida.

**A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA.** Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PCdoB muda sua orientação para obstrução.

**O SR. AFONSO MOTTA (PDT-RS.** Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT muda sua orientação para obstrução.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem os seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não há acordo, Deputado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PT entra em obstrução. É preciso corrigir o painel, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PT entra em obstrução.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria entra em obstrução, Sr. Presidente.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, se há aumento da alíquota, há diminuição do salário.

**O SR. IVAN VALENTE** (PSOL-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL entra em obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Otavio Leite.

**O SR. OTAVIO LEITE** (PSDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me apenas uma preliminar. Já que foi pronunciada pelo PT a terminologia alíquota, quero dizer que quem entende bem de alíquota é o PT, porque foi no Governo Lula que se instituiu a contribuição de 11% para os aposentados brasileiros do serviço público.

Vamos lá! Nós estamos diante do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017, para o qual foram sugeridas mais de 60 emendas. O Relator vai apresentar a sua ideia sobre a matéria. Destaques podem ser apresentados. Discussões vão ser travadas.



Nós temos que cumprir o nosso papel de maneira madura, equilibrada, pensando na Federação, independentemente de partido A, de governo B ou coisa que o valha.

Na verdade, estamos numa situação muito precária, do ponto de vista fiscal, em todo o Brasil, e no Rio isso se soma à precariedade política total, numa fragilidade completa. O Rio de Janeiro está a ponto de entrar em colapso. Nós não podemos aceitar isso. Temos que cumprir o nosso papel.

Existe uma proposta concreta para poder reequilibrar as finanças do Rio de Janeiro. Vamos examiná-la detalhadamente. O Relator, Sr. Presidente, deveria ir à tribuna, apresentar o seu discernimento, o seu voto. Nós temos diversas sugestões e ponderações a fazer, que são próprias do Parlamento, do nosso dever. Nós não podemos, em hipótese nenhuma, fugir à nossa responsabilidade de deliberar sobre algo que está posto ao nosso conhecimento e que é indispensável para o futuro do Brasil.

Se há um Estado síntese do Brasil, esse é o Rio de Janeiro. E temos que defender o Rio de Janeiro e todos os outros, porque se o Rio de Janeiro é a ponta do *iceberg*, há inúmeros outros no mesmo caminho. Vamos discutir seriamente sem demagogia.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a proposta fala, sim, no aumento da alíquota previdenciária de 11% para 14%, ainda que a obrigação de instituir seja da



Assembleia Legislativa de cada Estado. Mas é pior ainda, Sr. Presidente, pois fala também de uma alíquota suplementar em havendo necessidade.

A situação do Rio é complicada, e nós sabemos que é porque o Governador de lá assaltou o Rio de Janeiro. Agora, se o Governador assaltou o Estado, não temos culpa de todos os Estados não quererem pagar a conta do ladrão do Sérgio Cabral. Nós não podemos jogar todos os Estados na mesma culpabilidade. Se o Governo Federal quiser realmente resolver o caso, ele que faça uma intervenção. Está aqui no texto constitucional. Que faça intervenção e resolva!

Por que não quer fazer intervenção? Porque, se o fizer, tem que parar de votar as reformas. É mentira em cima de mentira!

Por isso, nosso voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, tenho uma questão em cima da Resolução nº 1, de 2013, do Congresso Nacional, que eu gostaria que V.Exa. conduzisse ao Presidente do Congresso.

Nessa Resolução de 2013 está dito que os vetos serão votados sempre na terceira terça-feira de cada mês. Nós já passamos fevereiro, já passamos março, já entramos em abril, e não tivemos nenhuma sessão para apreciação de vetos. Esta Casa já se pronunciou sobre esta matéria, já votou a matéria. Como o Presidente não gostou, ele simplesmente a vetou e mandou para cá outro projeto, a seu bel-prazer, contra a opinião da Casa.



Então, é necessário que V.Exa. cobre do Presidente do Congresso a convocação de sessão conjunta para apreciação de vetos, entre eles o veto ao PLP 257/16, que nós já votamos aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Weliton Prado.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “sim”, pela retirada de pauta.

Achamos que existem alternativas. Conversando com o Deputado Reginaldo, que apresentou um projeto, sugerimos um encontro de contas em relação à Lei Kandir, para penalizar o conjunto da população e dos servidores públicos. Por isso, tenho até um compromisso registrado em cartório, de que não voto contra o servidor público, não voto contra o aposentado, não voto aumento de imposto para as pessoas mais pobres.

Em relação à reforma da Previdência, somos totalmente contra ela. E esperamos que esta Casa seja realmente iluminada e que o Presidente Temer retire, inclusive, este projeto de apreciação. Se ele continuar aqui, pode ter certeza de que o Governo vai ter uma grande derrota nesta Casa, porque nós vamos derrotá-lo, inclusive, no mérito.

Este é o nosso posicionamento: “sim”, pela retirada de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Sr. Presidente, esse chamado Regime de Recuperação Fiscal é um regime de



rendição para os Estados, sobretudo para o Rio Grande do Sul. Nós queremos nos posicionar contra as condicionantes aqui previstas, que já rejeitamos. Nós rejeitamos as condicionantes que obrigam o Estado a entregar empresas à União, a privatizar o BANRISUL, a CORSAN e a CEEE. Eu fiz um requerimento de informações ao Ministro Henrique Meirelles e recebi o resultado exatamente nos termos deste projeto.

Eu esperava do Governador Sartori uma posição mais ativa do Estado do Rio Grande do Sul em defesa do patrimônio público.

Nós não podemos também fazer de conta, na reforma da Previdência, que se retirou de lá o servidor público do Estado e aqui, neste projeto, retomar obrigações que retiram direitos previdenciários de servidores públicos, policiais e professores.

Portanto, Sr. Presidente, nós queremos pedir — e estamos em obstrução, neste momento — que esta matéria não seja votada. Mas diremos claramente, ao buscar aqui a aprovação de uma emenda substitutiva global, assinada pelo Deputado Afonso Florence, pelo Deputado Enio Verri, pela bancada do PT, que nós queremos retirar quaisquer condicionantes que coloquem as unidades federadas, como o Rio Grande do Sul, de joelhos diante dos interesses do Governo Federal.

Quero também me referir aqui à importância de um acerto de contas. O Estado do Rio Grande do Sul foi excessivamente penalizado pela Lei Kandir. Sem o acerto de contas, sem sabermos exatamente qual é a dívida, como podemos votar uma matéria como esta, que retira direitos dos servidores e que privatiza empresas públicas?



Em defesa do BANRISUL, em defesa da CORSAN, em defesa da própria CEEE, nós estamos obstruindo a votação, e votaremos “não” à matéria, como o Governo Temer...

*(Desligamento automático do microfone)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero falar respeitosamente, olhando para o Deputado Otavio Leite, que está no plenário e que falou sobre responsabilidade com o Estado do Rio de Janeiro.

É claro que nós temos que ter responsabilidade com o Estado do Rio de Janeiro, Deputado Otavio Leite, mas eu quero lembrar que o partido de V.Exa., na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, votou contra o tipo de contrapartida que propõe o projeto em votação no dia de hoje. O partido de V.Exa. votou contra essas contrapartidas na Assembleia Legislativa, ele votou contra a entrega da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro — CEDAE, como propõe esse projeto de lei.

Nós queremos renegociar a dívida, sim, mas não, de jeito nenhum, com essas contrapartidas draconianas, porque isso seria uma irresponsabilidade da nossa parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (PT-DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a apresentar um substitutivo a



este projeto. Nós queríamos, sim, fazer a renegociação da dívida, inclusive fazer um acerto de contas, porque, em grande medida, a União é devedora dos Estados, e é preciso que isso seja considerado, mas sem contrapartidas, sem romper o pacto federativo.

Esse projeto significa rompimento de pacto federativo, pois ele tira do gestor estadual o direito de exercer a função para a qual foi eleito. Além disso, é extremamente cruel com os servidor e a servidora.

Nós já estamos discutindo uma reforma da Previdência que praticamente retira o direito à aposentadoria. Ainda por cima, esse projeto vem impor o aumento da alíquota: vai se contribuir com no mínimo 14% para a Previdência, sem que se tenha direito à aposentadoria.

Além disso, cria-se um balcão para a venda dos ativos de cada Estado, na medida em que é um projeto de privatização a ser empurrado pela goela abaixo do povo de cada um dos Estados cujo governante aceitar a renegociação das dívidas.

Por isso, nós queremos fazer valer o respeito por esta Casa. Esta Casa já apreciou essa matéria, esta Casa já apresentou a sua posição. Nós não podemos ficar no absolutismo monárquico de quem, sem nenhum voto, não aceita a posição desta Casa e insiste em vergá-la, em dobrá-la.

O Partido dos Trabalhadores vota “não” e não quer apreciar essa matéria, porque nós já a apreciamos, com apenas a renegociação das dívidas.

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD muda o voto para “não”, Sr. Presidente.

**O SR. MAJOR OLIMPIO** (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para lembrar os Parlamentares de que esse



projeto vai aumentar a contribuição previdenciária dos servidores do Estado de 11% para, no mínimo, 14%. Isso vai arrebentar com os servidores públicos estaduais de todo o País. Vamos nos lembrar disso, para que depois não venham com conversa mole dizer: “*Nós apoiamos os professores, nós apoiamos o pessoal da saúde, nós apoiamos os policiais*”.

Vamos votar contra esse projeto!

**O SR. CHICO ALENCAR** - Sr. Presidente, siga a ordem por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra Deputado Paulo Teixeira.

**O SR. PAULO TEIXEIRA** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, no último sábado, na cidade do Rio de Janeiro, uma garota de 13 anos de idade chamada Maria Eduarda foi assassinada pela Polícia Militar.

Nós temos que dar um basta à letalidade policial.

Tramita na Casa o Projeto de Lei nº 4.471, de 2012, que investiga os autos de resistência. Nós temos que sinalizar que nós queremos uma polícia que não tenha letalidade, mas que também não seja vitimizada. Para tanto, nós temos que apreciar o Projeto de Lei nº 4.471, que já está neste Plenário. Nós não podemos permitir a reprodução da letalidade policial. Uma menina de 13 anos, que poderia ter um futuro brilhante pela frente, foi morta por causa de nossa omissão.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que paute o PL 4.471, pela investigação dos autos de resistência.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Cacá Leão.



**O SR. CACÁ LEÃO** (Bloco/PP-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, prestar uma homenagem ao Governador Pezão, do Rio de Janeiro.

Eu gostaria muito de que o exemplo dado por ele servisse para todos os Governadores do Brasil: todas as vezes em que esta Casa tem na pauta a discussão de projeto que de algum modo diz respeito ao Rio de Janeiro, beneficiando ou não o Estado, ele se faz presente, participando dos diálogos e das reuniões.

Portanto, eu não poderia deixar que esse projeto fosse votado sem prestar uma homenagem ao Governador Pezão.

Homenageio também o Relator, o Deputado Pedro Paulo, com quem participei de diversas discussões sobre a matéria e pude ver que ouvia com sensibilidade a todos os Parlamentares e os atendia sempre que podia nas questões relativas aos Estados.

Graças a Deus, o meu Estado da Bahia, hoje, não precisa de renegociação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado Cacá Leão, peço que conclua.

**O SR. CACÁ LEÃO** - Sr. Presidente, concluo dizendo que esta Casa precisa ser solidária com os Estados que passam hoje por um momento difícil. Devemos esse projeto. Principalmente o Estado do Rio de Janeiro, caso a matéria não seja aprovada, passará por dificuldades. Já se fala na greve de mais de 60 mil policiais militares, o que representará um desastre muito maior do que o que aconteceu no Estado do Espírito Santo.



Mais uma vez, rendo minhas homenagens ao Governador Pezão e ao Relator da matéria, o Deputado Pedro Paulo.

Reafirmo o meu voto “sim” à matéria, mas o PP vota “não” a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero fazer um reconhecimento público a V.Exa. que, desde o início da representação contra o Deputado Jean Wyllys, posicionou-se na Mesa Diretora contra esse tipo de vindita, de peso forte para um episódio evidentemente desagradável, lamentável, ocorrido no contexto do *impeachment*, há quase 1 ano. Hoje, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar encerrou, com sabedoria, esse caso.

V.Exa. sempre manteve uma posição muito equilibrada, muito sensata, mesmo sendo minoria na própria Mesa Diretora. Ainda bem, às vezes a minoria se torna maioria pelo poder de convencimento.

E falando aqui do lado da minoria, como costuma acontecer, quero dizer que esse projeto é tremendamente draconiano. O Governo da União, que açambarca a maior parte dos recursos do País em impostos e taxas, está atuando como agiota.

Os 36 meses de recuperação fiscal, na verdade, vão depois incidir em juros sobre juros — isso sem falar nas contrapartidas contra os servidores, imensamente draconianas.

No caso do Rio de Janeiro, espero que o PMDB assuma a responsabilidade pelo desastre, pela tragédia e pelo roubo que nos ajudou a afundar.



**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação. Já há quórum.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Vamos encerrar a votação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação.

Tem a palavra o Deputado Jorge Solla.

**O SR. JORGE SOLLA** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero manifestar minha preocupação com o cenário que estamos vivendo: o impacto do corte dos gastos públicos já se faz sentir, e esse Governo já mostra a que veio.

Nos últimos dias, houve o anúncio do fim do Programa Ciência sem Fronteiras, um investimento que levou mais de 70 mil jovens às melhores universidades, e cortes no orçamento das universidades federais.

Anteontem — pasmem, Deputados! —, a *Nature*, uma das mais importantes revistas científicas, divulgou o corte de 44% no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. O Presidente da Associação Brasileira de Ciências anunciou: “*Jogaram uma bomba atômica na ciência brasileira*”.

Hoje o Ministro da Saúde confirmou: vai acabar a Farmácia Popular. A partir do mês de maio, o Ministério não vai mais repassar dinheiro para esse programa.

Todas as áreas importantes que demandam recursos estão sofrendo...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, eu tenho que encerrar a votação e declarar o resultado.

**O SR. JORGE SOLLA** - Já concluo, Sr. Presidente.



Esta semana, o Ministério do Planejamento publicou uma portaria transformando em discricionário o orçamento do Programa Mais Médicos, obviamente para contingenciar os recursos de um programa tão importante.

Com essa proposta agora querem impor aos Estados a mesma lógica, querem impor aos Estados a mesma política que, sem votos, derrubando uma Presidenta honesta, implementaram à força no Estado brasileiro. Conseguiram implementá-la no Governo Federal e agora querem empurrar para cima dos Governadores a política de atacar trabalhadores, congelar recursos, congelar salários, destruir a Previdência pública, acabar com a possibilidade de o servidor ter reposição salarial, acabar com a possibilidade de o trabalhador se aposentar, cortar, enfim, direitos trabalhistas.

O Governo Federal deu um golpe e agora quer obrigar os Governos Estaduais a fazer o mesmo.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança da Minoria.

**O SR. ODORICO MONTEIRO** (Bloco/PROS-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, Deputado Odorico Monteiro, votei com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Um momento, por favor.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

Resultado da votação:

SIM: 39;

NÃO: 245;

ABSTENÇÃO: 3.

O REQUERIMENTO FOI REJEITADO.



**O SR. DANIEL ALMEIDA** - Sr. Presidente, peço a palavra para falar em nome da Liderança do PCdoB.

**O SR. FRANKLIN LIMA** (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, Deputado Franklin Lima, na última votação, votei com o partido.

**O SR. LINCOLN PORTELA** (PRB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, eu, Deputado Lincoln Portela, votei com o partido.

**O SR. ROBERTO ALVES** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu, Deputado Roberto Alves, votei de acordo com a orientação do partido.

**A SRA. CARMEN ZANOTTO** (PPS-SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu, Deputada Carmen Zanotto, votei com o partido na votação anterior.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães, para uma Comunicação de Liderança, pela Minoria.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** (PT-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, vamos entrar agora numa discussão importante: a aprovação ou não, por esta Câmara, do Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017.

É importante dialogarmos com o Plenário e com o País. O Governo diz que os Estados estão quebrados, que vivem uma agonia fiscal sem precedentes, e quer abrir uma possibilidade para os Estados renegociarem suas dívidas, em nome da recuperação fiscal.

O fato de estes três Estados estarem quebrados — Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul —, Deputado Henrique Fontana, já é motivo de uma avaliação para ponderarmos o comportamento dos Governos nesses Estados.

O que o Governo está propondo para a superação dessa dificuldade — a superação dessa dificuldade é um debate que poderíamos fazer? O que importa agora é que o Governo, ao anunciar a chamada recuperação fiscal, está introduzindo um conjunto de mecanismos e um conjunto de condições que inviabilizam completamente a ideia de Unidade da Federação, até mesmo os que estão quebrados. Senão, vejamos: ele diz que vai suspender o pagamento das parcelas da dívida por 36 meses. Ora, se levamos isso ao pé da letra, daqui a 36 meses os Governos Estaduais vão ter que pagar prestações reajustadas sabe-se lá de qual valor. Ou seja, só se estará prorrogando a agonia fiscal dos Estados quebrados.



Ele diz que outros Estados podem entrar na chamada recuperação fiscal. Se isso acontecer, o Governo Federal estará impondo aos Estados do Ceará, da Bahia, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte, de Goiás a situação de que seus Governadores já não poderão contratar ou fazer concursos públicos, nem mesmo em nome da autonomia federativa. Eles serão obrigados a vender todo o sistema financeiro, o setor de saneamento e o setor elétrico de seus Estados.

E mais: como há pouco eu estava falava com o Presidente da Casa, para outros Governos entrarem na chamada recuperação fiscal, embora não esteja determinada o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14%, está dito que os Estados do Ceará, de Pernambuco, da Bahia e do Piauí só poderão entrar se suas Assembleias Legislativas aprovarem o aumento da alíquota da Previdência.

É de lascar! — com dizemos no Ceará. O Governo, além de dizer aos Estados que eles vão entrar em processo de falência fiscal, está dizendo que, se, por exemplo, o Estado do Ceará se quiser fazer um empréstimo daqui a 3 anos, ou ao longo desse processo todo, ele só o fará se vender essa ou aquela empresa estatal ou se aumentar a prestação da contribuição previdenciária de 11% para 14%.

Ora, o que o Governo está fazendo? Está aproveitando os projetos de agora para fazer as reformas que querem. Foi o que ocorreu com a terceirização: aprovaram a terceirização, que acabou com a reforma trabalhista, pois é a centralidade da reforma trabalhista. Ainda nem se aprovou a PEC da Previdência, mas o Governo já está determinando que a alíquota seja aumentada de 11% para 14%. Isso não pode! Quem é jurista, quem tem o mínimo de conhecimento sabe que não se pode impor essa legislação aos entes federados.



Onde está a autonomia federativa? Onde está a autonomia desses Estados? Vai-se impor isso? Se isso for aprovado, caberá uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal, porque a União estará dizendo: *“Governador Paulo Câmara, para renegociar a sua dívida de Pernambuco, V.Exa. tem que aumentar a contribuição previdenciária de 11% para 14%”*.

Era só o que faltava! A sanha retiradora de direitos deste Governo é de tal ordem que não tem mais limites! Ele faz qualquer coisa em nome da recuperação! Como é que este Governo quer retomar o crescimento econômico do País com esse tipo de política de somente retirar direitos, cortando aqui e cortando acolá?

Aliás, é golpe por cima de golpe. O Governo nem esperou o Supremo decidir a ADI sobre a questão da terceirização — sancionou a lei na própria sexta-feira à noite, Deputado Fontana, para evitar que o Supremo a julgasse. Também não esperou, no caso do Ciência sem Fronteiras: meteu a caneta e acabou com o programa!

Onde nós vamos parar?

O Governo está transferindo para os Estados a crise fiscal da União. Se a intenção é ajudar os Estados, não venham impor condições draconianas que vão quebrá-los. Não podemos aceitar isso!

O que nós propomos? Voltar ao Projeto de Lei Complementar nº 257 e votar vetos, Deputada Alice. Aliás, eu queria que o testemunho do Deputado Esperidião Amin, ex-Governador de Santa Catarina, que foi Relator do PLP 257. S.Exa. sabe que nós negociamos tudo naquele PLP. V.Exa. pressionava, com razão: *“Vamos tirar tais e tais exigências”*. Eu era Líder do Governo, e a bancada do PMDB



chegava até mim e pedia: “*Deputado, retire essa exigência*”. Nós fomos negociando e negociando. Com o PSDB foi a mesma coisa.

Agora eles chegam, esquecem o PLP 257 e metem um bocado de maldade nesses sacos de pancada que são os Estados! O que o Governo quer fazer não é razoável. Nós negociamos tudo no PLP 257, e a Câmara votou o projeto. Que venham os vetos para cá, para votarmos sua manutenção ou não!

Deputado Henrique Fontana, esse projeto não serve para o Rio Grande do Sul e não serve para nada. Esse projeto não recupera a situação fiscal de nenhum Estado, pois as condições que impõe quebram a Federação.

O que vai fazer o próximo Presidente da República? Ou será que Temer acha que é Presidente por tempo indeterminado? Eu nunca vi isso acontecer no País. Nem FHC, quando governou o Brasil, teve tanta ousadia como está tendo esse Governo Temer. Eu não sei aonde vamos parar. Há que haver uma reação em cadeia no País inteiro, porque, do jeito que a coisa vai, nós não vamos aguentar muito tempo.

Sras. e Srs. Deputados, esse projeto não deveria ser aprovado. Deveriam sentar à mesa de negociação os Governadores do Nordeste e a União. É claro que eu sei que o coitado do Rio de Janeiro está quebrado, mas e daí? Os outros Estados vão pagar a conta? O meu Estado do Ceará e outros Estados do Nordeste que estão em situação fiscal razoável vão pagar a conta? A Bahia vem pagando suas prestações da dívida todo mês e está em dia — podem olhar no sistema. Eu tenho aqui um mapa que mostra Estado por Estado.

Eu entendo, Deputado Pedro Paulo, suas preocupações com o Rio de Janeiro, seu Estado, mas há coisas que vão além do limite. Nós deveríamos



devolver esse projeto, sentar à mesa com todos os Governadores, como tentaram fazer no CONFAZ, e discutir uma proposta que atenda ao princípio da universalidade do respeito à Federação, e não fazer uma coisa para três Estados apenas.

Eu perguntei ao Deputado Reginaldo Lopes se Minas Gerais se beneficiava com esse projeto. Ele me disse que esse projeto nem servia para Minas Gerais. Ora, então para quem serve a bomba desse projeto?

Sras. e Srs. Parlamentares, esse projeto não deve ser aprovado. Vamos retomar o PLP 257/16, que eu negocie e que é razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Peço que encerre, por favor.

**O SR. JOSÉ GUIMARÃES** - Eu estou concluindo, Sr. Presidente. Peço vênha a V.Exa.

Portanto, o meu apelo é no sentido de que não deixemos essa matéria prosperar, porque ela vai prejudicar o conjunto. Nós temos responsabilidade com a União, com a Federação. Não podemos permitir isso, porque isso vai prejudicar o conjunto dos Estados, e os Estados vão quebrar.

Esta não é uma questão de Oposição e Governo, não. O que está em jogo aqui é a Federação — nós não podemos aniquilar com o que há de mais sagrado: a unidade nacional.

Esse projeto desune, retalia e impede que os Estados possam de fato renegociar suas dívidas, Sr. Presidente. Por isso, ele deve ser derrotado.



*Durante o discurso do Sr. José Guimarães, o Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Beto Mansur, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno.*



**O SR. LUIZ SÉRGIO** (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior o Deputado Luiz Sérgio votou de acordo com a orientação do PT.

**O SR. MARCON** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Marcon votou com a bancada na votação anterior.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Antes de o Deputado Daniel Almeida falar, concedo a palavra à Deputada Creuza, por 30 segundos.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Sr. Presidente, por que o Relator não lê?

**A SRA. CREUZA PEREIRA** (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)  
- Eu queria apenas justificar que, na votação passada, votei com o meu partido, o PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Perfeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida.

**O SR. DANIEL ALMEIDA** (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este projeto nem deveria estar sendo debatido, pois agride o próprio Regimento da Casa.

Nós deliberamos sobre esta matéria ainda nesta Legislatura e o Sr. Presidente da República a vetou. Cabe ao Congresso Nacional apreciar o veto, antes de qualquer coisa.

Portanto, o projeto já começa desrespeitando o rito legislativo, esta Casa, o Congresso Nacional.

Do ponto de vista do mérito, ele é um absurdo, é uma agressão à Federação, é um desrespeito aos Estados. O projeto não serve para nada, não atende a qualquer interesse, a não ser ao interesse desse Governo de entregar tudo ao capital financeiro, aos interesses mesquinhos que não são os interesses do nosso País.

Vejam o que eles propõem para os Estados terem acesso a esta moratória, as condições que são impostas, absolutamente ilegais, insuportáveis e inaceitáveis: eles querem que, para o Estado propor a negociação, ele antecipadamente garanta um conjunto de condições.

A Assembleia Legislativa terá que aprovar a privatização do setor de energia, do setor financeiro, do setor de saneamento e um conjunto de outras privatizações. Antes de qualquer coisa, o Estado terá que fazer isso.

O Estado terá que apresentar a garantia de que vai elevar a contribuição previdenciária dos servidores para 14%. Condições estão lá impostas no sentido de



o Regime Jurídico Único dos servidores não ter qualquer benefício que ultrapasse o Regime Jurídico da União.

Estarão, assim, quebrando a autonomia dos Estados, impondo condições que quebram o pacto federativo.

Impõem o corte de subsídios, de incentivos, que os Estados asseguraram para atrair investimentos.

Eu sou da Bahia. Há o investimento na Ford, na Bahia, no Suape, em Pernambuco, investimento na Região Sudeste e Norte. Esses investimentos foram feitos a partir de incentivos, porque essas regiões precisam ter um tratamento diferenciado, pois têm o direito de se desenvolver.

Está aqui a imposição de corte de 20% ao ano desses incentivos. Isso é para arrebentar com esses Estados, que não ganhariam absolutamente nada e estariam se submetendo a essas condições draconianas.

Por isso, Sr. Presidente, nós cobramos que este projeto seja retirado e que nós possamos apreciar o veto. Depois de apreciar o veto, vamos debatê-lo em um momento oportuno, na próxima Legislatura, não mais nesta.

Aliás, nem o relatório foi apresentado. Cadê o relatório? Nós estamos debatendo aqui e o relatório sequer foi apresentado!

“Não”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Remídio Monai, para uma Comunicação de Liderança, pelo PR.

**O SR. REMÍDIO MONAI** (PR-RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, população que nos assiste pela *TV Câmara*, boa tarde.

Hoje, nesta tribuna, quero reacender a discussão sobre a necessidade de democratizar o transporte aéreo brasileiro e promover a integração entre as Regiões do País.

O que assistimos é a ausência da interferência da Agência Nacional de Aviação Civil para assegurar a manutenção da malha rodoviária, cuja cobertura é feita pelas grandes companhias aéreas.

O modelo adotado no País centra-se na capacidade da autorregulação do mercado. No entanto, o estímulo à livre concorrência não observa as diferenças regionais do Brasil.

Por exemplo, nos aeroportos de Guarulhos e de Congonhas, que operam no limite máximo, existe uma coordenação da Agência. Esse trabalho deveria existir também para regiões de difícil acesso ou isoladas, como o Estado de Roraima.

Reitero meu posicionamento sobre o fomento ao desenvolvimento da aviação civil na região da Amazônia Legal com a implementação de normas que garantam mais recursos à sobrevivência da aviação regional, seja através de incentivos fiscais, seja através de concessões de subsídios para pagar parte dos custos dos voos em rotas regionais.

A chamada Amazônia Legal é integrada pelos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.



Essa área corresponde a 59% do território brasileiro. Trata-se de uma região caracterizada pela existência de diversas localidades, cujo acesso é bastante restrito e nas quais, muitas vezes, a única alternativa ao transporte aéreo são embarcações de condições precárias. Não existem rodovias. Os Municípios são de pequeno porte e nem sempre é viável e rentável uma companhia operar o transporte nessa região.

Nesse contexto, o desenvolvimento do transporte aéreo é condição indispensável para a integração de comunidades isoladas e para o transporte de bens fundamentais, como alimentos e medicamentos.

Defendo que é preciso criar alternativas viáveis à sobrevivência de pequenas empresas regionais e garantir incentivo ou suplementação do Governo. A livre concorrência é sem dúvida uma conquista, mas desde que seja assegurado o direito a mobilidade e deslocamento dos cidadãos.

Com o advento do Plano Plurianual 2016-2019, coube à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República a execução de ações vinculadas aos objetivos do Programa 2017 da Aviação Civil.

O Programa foi criado com a pretensão de resolver os grandes desafios do setor, como ampliação da malha, adequação e ampliação da infraestrutura aeroportuária e desconcentração regional de voos. A partir deste ano, serão investidos recursos em 176 aeroportos regionais. Desses, 53 são prioritários e já vão receber investimentos de 300 milhões reais, para que estejam operando até 2020.

Além de investimento em infraestrutura aeroportuária, o Governo Federal precisa garantir mais opções de voos e tarifas acessíveis por meio do programa de subsídios, bem como assegurar o objetivo 84 do Programa, que consiste na ampliação da oferta de transporte aéreo regular de passageiros e cargas.



Sou favorável também à abertura da aviação nacional ao capital estrangeiro como alternativa para ajudar as companhias brasileiras a saírem da crise, com ampliação para 49% da participação de capital estrangeiro em companhias aéreas brasileiras. A legislação atual permite a participação de apenas 20% de capital estrangeiro. Além de possibilitar um reforço de caixa para as empresas áreas nacionais, a medida poderia trazer outros benefícios, como redução dos preços das passagens e aumento da oferta de voos regionais.

Meus caros colegas, este tema merece nossa atenção e um esforço concentrado, para garantir o direito à mobilidade e ao deslocamento dos cidadãos. Nós não podemos ficar reféns dessas medidas restritivas, que impactam a oferta de voos, redução na frequência, tarifas e milhagens.

Sem mais para o momento, eu agradeço atenção de todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Fica prorrogada a sessão por mais 1 hora.

**O SR. JULIO LOPES** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Julio Lopes votou com o partido na última votação.

**O SR. ARTHUR OLIVEIRA MAIA** (PPS-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero só fazer uma justificativa.

Eu estou numa correria com essa questão da Previdência, por isso não participei da última votação. Mas eu quero registrar que nessa votação votei com o meu partido, o PPS.

**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Está registrado.



**O SR. PRESIDENTE** (Beto Mansur) - Tem a palavra o Deputado Afonso Florence, pela Liderança do PT.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos assiste, o PLP 343/17 é portador de muitas maldades, em primeiro lugar, para o povo do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e, em segundo lugar, para o povo de todos os Estados.

A primeira coisa já destacou o Líder José Guimarães, o Deputado Henrique Fontana, os Deputados que me antecederam, como a Deputada Maria do Rosário: eles disseram que tiraram os Estados da PEC da reforma da Previdência, mas os botaram no PLP.

Quem votar a favor do texto do Relator estará votando pela obrigatoriedade da reforma da Previdência como condição para a renegociação de dívidas.

Então, vai ter que aumentar alíquotas, vai ter que botar o regime próprio dos Estados igual ao que a PEC propõe para o Governo Federal, não poderá haver aumento de servidor público pelos 36 meses, em que não haverá pagamento de prestação, e pelos 36 meses, em que haverá rebate também. Mas não é só para servidor público do Poder Executivo, não! É também do Poder Legislativo, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Defensoria Pública.

Além disso, este PLP estabelece que devem ser privatizados imediatamente o setor de saneamento, o setor financeiro e o setor elétrico nos Estados, num momento de baixa avaliação desses ativos.

E, mais do que isso, estabelece também que, a cada ano, no projeto do Governo Temer, será reduzida em 20% a desoneração tributária que atraiu empresas para Goiás, por exemplo, do setor químico, metal, mecânico — três



---

montadoras —, para Pernambuco, para o Mato Grosso e para a Bahia também. E esses Estados não contam com nenhuma vantagem e com nenhuma contribuição do Governo Federal mesmo tendo feito o dever de casa.

Então, o PLP 343 é arrocho salarial, é desmonte do Estado! E é o adiamento da quebra, porque a prestação, que será suspensa nos primeiros 36 meses e será reduzida nos próximos 36 meses, será paga depois desses 6 anos.

E não mais haverá empresa que veio pela guerra fiscal, porque terão sido fechadas. E não haverá investimento produtivo, porque o projeto obriga que todo empréstimo seja usado para pagar juros. Não pode haver empréstimo do Governo Federal ou de outros entes para estradas, saneamento, hospitais, para nada, só para pagar juros.

Então, adia a dívida, fecha as empresas à reconcentração industrial, fecha as empresas no Estado por causa do fim da guerra fiscal. Esse não é o espaço para fazer fim de guerra fiscal, mas no CONFAZ. Tem que se fazer a convalidação, e dizem hoje que vão fazê-la? Não fizeram até agora!

Nós temos que debater o PLP. Vão tirar o § 10? Não é ele que diz que vai ter arrocho de policial, de professor, de servidor do Judiciário e do Ministério Público. Não basta tirar esse parágrafo do texto do Relator.

Mas há uma solução, há uma luz no fim do túnel. Existe um substitutivo com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o texto do PLP estipula regras que não estão previstas na LRF. O substitutivo estabelece, com base na LRF, que os Estados que ultrapassaram 100% da Receita Corrente Líquida — RCL com a dívida consolidada — leiam-se Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — terão



36 meses de suspensão de pagamento das prestações e terão a possibilidade de outros 36 meses de redução das parcelas.

Mas eles não serão obrigados a privatizar; não serão obrigados a rachar salário dos servidores públicos do Executivo, do Judiciário, do Legislativo, do Ministério Público e da Procuradoria; não serão obrigados a fazer a redução da desoneração tributária e perder empresas.

Eles serão obrigados a apresentar um plano de recuperação fiscal ao Governo central, que o avaliará.

Já há Estados que fizeram a lição de casa, que já implantaram a Previdência do servidor público, que fecharam empresas. Há Estados que tomaram um conjunto de providências. Inclusive, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul já enviaram projetos às Assembleias Legislativas. Então, eles não serão obrigados a apresentar um plano de recuperação fiscal.

Cada Deputado e Deputada que está aqui, em especial, os dos outros Estados, os que têm relação com a qualidade do serviço público, com as carreiras de servidores públicos, não terá que colocar a sua digital aí na nominal para não levar nada para os seus Estados e evitar o desgaste do governador A, do governador B, da Assembleia A ou da Assembleia B. O que nós estamos dizendo aqui é: vamos tirar o ônus das Assembleias Legislativas e desses três Governos estaduais e vamos distribuir o ônus com cada Deputado e cada Deputada que está neste plenário. Cada um que se vire com o seu eleitor e com os cartazes que os servidores públicos vão fazer — *“Traidor do povo”, “Não vote mais nele, porque votou pela reforma da Previdência nos Estados, pelo arrocho salarial, pelo desmonte*



---

*das máquinas estaduais, pela privatização com baixos preços, por exemplo, do BANRISUL, da COSAN". O Ministério Público vai ter que investigar isso.*

Determinar que tem que privatizar agora, incondicionalmente, nessas condições de mercado, é inexplicável, insustentável e indefensável. Agora, no substitutivo, esses Estados, além de terem a possibilidade de suspender a dívida, reduzir as parcelas na segunda etapa de 36 meses, apresentarão um plano de rigor fiscal e de investimentos.

Os Estados poderão pegar recursos emprestados do Governo Central para saneamento, para estrada, para escola. Poderão recuperar a capacidade de arrecadação de ICMS e evitar que ocorra o que ocorrerá se for aprovado o texto do Relator, o Deputado Pedro Paulo, infelizmente nessa conjuntura determinada pela situação do Governo de forçar para que S.Exa. faça um relatório contra os interesses do povo, dos servidores públicos do Rio de Janeiro.

A dívida depois será maior. Os empréstimos não serão aplicados em investimento. Não haverá recuperação de ICMS. E, aí, sim, o Estado do Rio de Janeiro vai quebrar; aí, sim, o Estado de Minas Gerais vai quebrar; aí, sim, o Rio Grande do Sul vai quebrar.

No nosso substitutivo, para os outros Estados que ainda não ultrapassaram os 100% da receita corrente líquida com a dívida consolidada, mas que fizeram o dever de casa, poderão ser atendidos com uma redução, em 36 meses, das parcelas e poderão ter empréstimo para investimento. Apresentarão um plano de ajuste fiscal, de rigor fiscal, que o Governo Central avaliará, não necessariamente cortando salário e privatizando inadequadamente, sob suspeita, os seus ativos.



Para concluir, quero avocar aqui o testemunho do Deputado Esperidião Amin. Quando veio para esta Casa o Projeto de Lei nº 257, no Governo Dilma, com menos agravante do que esse daí, eu apresentei emendas retirando tudo isso.

Depois, Temer piorou o projeto. Esperidião Amin tentou melhorá-lo. Nós derrotamos esse esforço de Temer em piorar e aprovamos a possibilidade de renegociação de forma conveniente para os Estados. Tem de negociar! O Governo Central não quer negociar, mas impor.

Nós precisamos rejeitar o texto do Relator e aprovar o texto substitutivo por mim apresentado.

*O Sr. Beto Mansur, nos termos do § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Maia, Presidente.*



**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco/PP-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Luis Carlos Heinze, na votação anterior, votou com o Partido Progressista.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, para falar pela Liderança. *(Pausa.)*

**O SR. LEONARDO QUINTÃO** (PMDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Quintão votou com o PMDB na votação anterior.



**O SR. AFONSO FLORENCE** - Presidente, todo o mundo ganhou mais 1 minuto. Eu não posso ter mais 1 minuto, Sr. Presidente, só porque eu sou contra o projeto do Governo?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O que V.Exa. disse, Deputado?

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Eu posso ter mais 1 minuto? Todos os que me antecederam tiveram mais esse tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode sim. Não é porque V.Exa. é contra o projeto que vou deixar de lhe conceder esse tempo.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Não?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Claro que não.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Eu quero usar este minuto para fazer um apelo ao Deputado Rodrigo Maia, que é carioca: encaminhe, de ofício, a votação nominal do requerimento de preferência para a votação do substitutivo ou do texto do Relator e permita que cada Deputado e cada Deputada se pronuncie.

O que está acontecendo aqui, povo brasileiro que nos assiste? Uma batalha para garantirmos que haja uma votação nominal do requerimento de preferência para a votação do substitutivo ou do texto do Relator.

Como eu acabo de apresentar, o substitutivo tem rigor fiscal, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, e atende Rio, Minas, Rio Grande do Sul e os outros Estados.

Por isso, Deputado Rodrigo Maia, neste minuto que V.Exa. me concedeu, eu quero lhe fazer um apelo: encaminhe, de ofício, uma votação nominal do requerimento de preferência para a votação do substitutivo por mim apresentado.

Muito obrigado.



**O SR. BEBETO** (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na votação anterior, o Deputado Bebeto votou de acordo com a orientação do partido.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Weverton Rocha, para falar pela Liderança do PDT.

**O SR. WEVERTON ROCHA** (PDT-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados, telespectadores da *TV Câmara*, ouvintes da *Rádio Câmara*, nós do PDT vimos manifestar que, primeiro, somos, é claro, totalmente solidários à situação por que passam os Estados do nosso País, afinal somos uma Nação só. É óbvio que o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina são Estados que fazem parte da nossa unidade.

Neste debate, também é importante lembrarmos a todos que o Brasil ainda atravessa uma profunda crise político-econômica. E é claro que, sobre essa profunda crise, é preciso lembrar que há Estados que estão passando por uma situação mais difícil hoje. Os que não estão, amanhã, poderão passar, caso não comecemos a retomar, de verdade, o crescimento econômico do nosso País.

Eu digo isso, primeiro, porque esse debate sobre a renegociação das dívidas gera em mim uma grande preocupação, quando ouço colegas Deputados — por exemplo, na minha bancada, há Deputados de quase todos os Estados do Brasil — darem exemplos de Estados que estão sanados, mas que, em plena crise, em plena dificuldade, enfrentam greves de várias categorias brigando por aumentos salariais.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, nós precisamos ter muita calma agora. O gestor que está conseguindo pagar a folha em dia está sendo, sim, um bom gestor. Então, não dá para imaginar que, de uma hora para outra, em uma crise como essa, em todo o Brasil, desencadeiem-se greves para aumentar salários.



Nós precisamos ter um pouco de racionalidade e pensar como vamos fazer para atravessar essa crise, mas sem estrangular a máquina pública. Com isso, quero dizer que precisamos estimular os bons pagadores.

No ano passado, nesta Casa, a Oposição, com toda boa vontade, sentou-se com o Governo. E aprovamos um texto importante para discutirmos a negociação da dívida dos Estados. Que pena que o Presidente vetou! O Presidente vetou, e esse veto ainda está aqui para ser analisado. E o que foi tirado daquele texto, que é o que nós considerávamos muito ruim, péssimo, vem reeditado nesse PL.

Temos boa-fé para tentar construir uma unidade para aprovar o texto, mas não conseguimos extrair boa-fé da equipe fazendária do Governo para com os bons pagadores.

Os Estados que são bons pagadores, Sr. Presidente, não podem ser tratados de forma igual aos Estados que são maus pagadores. Se o Ceará, o Maranhão e vários outros Estados que estão em dia com as suas contas, que não estão devendo à União, que estão pagando suas parcelas rigorosamente no prazo não tiverem nenhum tipo de incentivo da União para que sintam que valeu a pena serem bons pagadores, daqui a pouco, será estimulada a inadimplência na busca por qualquer tipo de incentivo.

É preciso nivelar por cima. É preciso mostrar que quem foi bom pagador e bom gestor deve, sim, ser premiado. Não podemos trabalhar apenas a premiação por baixo.

Não estou dizendo que não se deve encontrar solução, mas não se pode fazer isso arrojando trabalhador, arrojando servidor e tirando autonomia dos Estados para os próximos anos.



É necessário que haja aqui um diálogo mais franco, mais profundo. É necessário que se encontrem, de verdade, soluções para que o povo do Rio de Janeiro e dos demais Estados que estão passando por momentos difíceis vejam uma luz no fim do túnel.

Só para vocês terem uma ideia, a PM do Rio ainda está negociando o recebimento do 13º. Enquanto em alguns Estados está havendo greve por aumento de salários, servidores da segurança pública do Rio de Janeiro ainda não receberam o 13º.

É preciso entender que a crise é brasileira e mundial. Ou tratamos essa crise como um todo, ou vamos esperar um Estado fechar e falir para daqui a pouco contaminar o nosso Estado e, quando chegar ao nosso Estado, não vai dar mais tempo de recuperar.

Portanto, do jeito que está este projeto, nós não temos como acompanhar. É preciso a equipe fazendária e o Governo o retirarem de pauta, Deputado Glauber, e melhorá-lo para mostrar que querem de verdade ajudar a negociar. Mas negociar não jogando a conta para o pequeno, que é o que o Governo tem feito, em todas as reformas, em todas as pautas, ao passo que os grandes continuam felizes ganhando dinheiro a rodo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. CAIO NARCIO** (PSDB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Sr. Fernando Marangoni, Prefeito de Perdizes, e o Sr. Vinícius Barreto, Vice-Prefeito, e parabenizá-los por terem vindo até aqui cobrar benefícios para aquela cidade.



Quero falar do trabalho do Prefeito em favor do Município, que é exemplo para a região, da pujança e do talento do Vice-Prefeito. Tenho certeza de que eles contribuirão e muito para o futuro daquele Município.

Por fim, quero agradecer a oportunidade de estarmos juntos aqui hoje trabalhando em prol de Perdizes, um Município tão importante para a nossa região que merece nossa atenção e carinho. Eu tenho certeza de que, muito em breve, teremos boas notícias para dar ao Município de Perdizes, nós, que já temos trabalhado muito em favor da região.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento com o seguinte teor:

*Senhor Presidente,*

*Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício de uma hora para solicitar a verificação na votação do requerimento de retirada de pauta apresentado ao PLP 343/17.*

*Sala das Sessões, em 5 de abril de 2017.*

*Deputado Domingos Neto*

*PSD*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para falar a favor da matéria, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal. *(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Em votação, Sr. Presidente.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 063.3.55.O**  
**Data: 05/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Vamos levantar a mão, pessoal.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Espere, Sr. Presidente, pois a Deputada irá encaminhar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu não vi.

**O SR. AFONSO MOTTA** - E a orientação, Sr. Presidente?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Não houve orientação.

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** - Rejeitada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** - Sr. Presidente, estou aqui na tribuna.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Não havia visto, Deputada. Pode falar.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - Então, está cancelada a votação, porque a Deputada vai encaminhar a matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Eu não terminei, Deputada.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** - O.k. Obrigada.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, as veredas do Governo são tão difíceis quanto a que encontramos para atravessar este plenário. Sem dúvida alguma, esta matéria tem na sua natureza a quebra do pacto federativo. Ela é uma matéria que impõe, de maneira igual, aos Estados, em situações diferentes, contrapartidas que são inaceitáveis, como a de garantir o aumento da contribuição previdenciária, como a venda da empresa de água e saneamento, ou da empresa de energia elétrica ou de um banco estatal — no caso dos que sobreviveram, por exemplo, o BANRISUL.



Esse projeto foi analisado por esta Casa em dezembro do ano passado e efetivamente essas contrapartidas foram derrotadas, inclusive por membros da base desse Governo golpista. E, agora, sem análise dos vetos, ele volta, e volta com essa carga draconiana de quebra do pacto federativo e de imposição dessas contrapartidas que prejudicam os servidores públicos, os professores e os policiais, e ganham essa dimensão para uma negociação.

É claro, todos querem uma moratória. Mas não há anistia. Há um refinanciamento adiando e fazendo a contabilidade dos juros nos seus 36 meses de duração.

Portanto, nós entendemos que quebrar o interstício para fazer a votação inclusive do Substitutivo, é algo fundamental para que esse projeto possa ser maturado.

Quero saudar o PTN pela saída da base do Governo. O Governo está se dissolvendo, e isso é tempo que ganhamos para uma reflexão. Este mesmo Plenário já derrotou esse projeto em dezembro, e a nossa expectativa é de ganhar tempo para que este Plenário reafirme a sua palavra diante da Nação brasileira.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PP? *(Pausa.)*

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

**O SR. DARCÍSIO PERONDI** (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Governo todo, a base, vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A base vota “não”.



**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP vota “não” e pede a V.Exa. que coloque a mesma votação para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esta é uma votação muito importante: para permitir à Deputada e ao Deputado botarem a sua digital. Nós queremos quebrar o interstício para que a Deputada e o Deputado digam: *“Eu quero fazer arrocho salarial de policial militar, de médico, de professor, de professora, eu quero quebrar o Estado, jogando a dívida para depois e obrigando-o a fazer empréstimo para pagar juros, não para fazer investimentos”*. Ou então: *“Eu não quero fazer isso, eu quero que haja investimentos, eu quero um plano de ajuste fiscal que permita a continuidade dos serviços públicos, que permita ao Estado recuperar a sua capacidade arrecadatória, investir em saneamento, em estrada, arrecadar ICMS e pagar a dívida”*. É isso.

Sra. Deputada, Sr. Deputado, votem “sim” à quebra do interstício, não deixem que a orientação vegetativa de governo seja colocada ali, não deixem seus partidos se posicionarem, sem você se posicionar.

“Sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Sr. Presidente, tem ainda a esperança de que o bom debate contribua para que se superem as contrapartidas, as exigências do Governo Federal. Por isso vai votar “sim”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu tenho ouvido vários da bancada do Rio de Janeiro dizerem que nós precisamos socorrer o Rio de Janeiro. Não temos nenhuma dúvida disso. Quando propomos a quebra de interstício, é para garantir as digitais nas diversas propostas. Por quê? Porque o que nós estamos fazendo nos Estados é uma intervenção federal, uma intervenção que dispensa a existência de governador. É um projeto que, além de não ajudar de forma emergencial — porque não vai ajudar —, faz com que a dívida aumente para o próximo Governador. Será louco quem se candidatar a Governador de qualquer Estado, se este projeto passar, porque este projeto dá uma moratória, ele aumenta a dívida com juros e correção monetária em todos os índices, para o próximo, que não terá mais o que vender.

O PCdoB, Sr. Presidente, diante disso, vai votar “sim” ao requerimento de quebra de interstício, porque nós precisamos que todas as votações sejam digitais.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PCdoB vota “sim”. Tem 1 minuto cada um. Por favor.

Como vota o PSOL?

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não acredito que algum governador aceite esta proposta, como eu não posso acreditar que esta Casa seja favorável a esta verdadeira perversidade contra os Estados e contra o povo brasileiro.

O Governo Federal, ao apresentar esta proposta, quer se transformar em agiota dos Estados brasileiros. E fala em equilíbrio fiscal! Neste caso, a agiotagem é tão brutal que ele quer ser avalista da outra agiotagem. Esquece a Lei de



Responsabilidade Fiscal e autoriza o Estado a se endividar em bancos privados, estrangeiros ou nacionais, com a exigência de que, para isso, destrua o Estado e os direitos dos trabalhadores.

O PSOL vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. MIRO TEIXEIRA** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Rede vota “sim”.

É fundamental que cada um defina a sua responsabilidade. O Rio de Janeiro precisa de socorro. Agora, o Rio de Janeiro não esquece que foi roubado, que foi extremamente roubado, e o povo não pode ser apenado por aqueles que enriqueceram à custa de recursos públicos.

Este projeto não atende ao povo, este projeto atende ao Governo Federal e, pelo contrário, compromete administrações futuras do Estado. Em relação a outros Estados, o mesmo acontece.

Então, a Rede vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Rede vota “sim”.

Como vota a Minoria?

**O SR. HENRIQUE FONTANA** (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a relação federativa precisa ser profundamente debatida no nosso País. Neste minuto eu quero priorizar a fala sobre uma importante decisão do Supremo Tribunal Federal, tomada no dia 30 de novembro de 2016. O Supremo decidiu que os Estados exportadores de produtos primários, de *commodities*, devem ter o ressarcimento das perdas decorrentes da Lei Kandir.



O meu Estado, o Rio Grande do Sul, perdeu nesses quase 20 anos de Lei Kandir, perto de 42 bilhões de reais, Deputado Celso Pansera.

Então, existem muitos créditos a favor dos Estados, e essa proposta de renegociação não coloca essas coisas na mesa. Ela é um quebra-galho para empurrar a dívida por 3 anos, sem resolver problema nenhum.

Por isso nós votamos “sim”.

**O SR. PASTOR EURICO** (Bloco/PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Pastor Eurico, na votação anterior, votou com o partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTdoB, Deputado Silvio Costa? *(Pausa.)*

**O SR. DOMINGOS NETO** (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSD muda para obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSD está em obstrução.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, é preciso ficar claro — e aqui estão o Governador Pezão e o Governador do Rio Grande do Sul — que não é verdade que nós estamos votando aqui uma renegociação da dívida dos Estados.

Estava conversando com o Deputado Mandetta ali: nós estamos, na verdade, votando aqui uma lei de falência dos Estados. Por que é uma lei de falência dos Estados? Porque, para que o Estado participe dessa renegociação, o Estado tem que aceitar — e de forma correta; disse isso o meu amigo Deputado Henrique Fontana — um elenco de critérios, que são critérios duros. Entretanto, os Estados não estão obrigados a participar dessa pseudorenegociação.



Eu recomeço, Deputado Henrique Fontana, meu companheiro, dizendo que, na verdade, do ponto de vista etimológico, o nome do projeto está errado. Não é renegociação, é lei de falência mesmo. Por exemplo, com todo o respeito ao Governador Pezão, o Estado do Rio de Janeiro está falido, sim. O meu Estado, por exemplo, em que pese eu nunca ter estadualizado o meu mandato, em que pese a má gestão, ainda está se segurando, do ponto de vista do equilíbrio fiscal. Mas nem todo Estado do Brasil é igual. Por exemplo, o Espírito Santo é o Estado que efetivamente trabalha no sentido do ajuste fiscal.

Eu faço oposição a este Governo — não preciso dizer a ninguém que faço oposição a este Governo —, mas, sinceramente, em alguns momentos você tem que pensar de forma diferente. Todos os Estados do Brasil estão com dificuldade. Nós não temos, Deputado Arnaldo Faria de Sá, Deputado Afonso Florence, sinceramente, como votar contra este projeto. Eu inclusive faço um apelo aos meus companheiros da Oposição...

Calma, Deputado Florence! Essa é a minha opinião, meu irmão.

**O SR. AFONSO FLORENCE** - Eu estou calado. Só estou olhando feio para V.Exa., porque V.Exa. está errado.

**O SR. SILVIO COSTA** - Tudo bem, eu estou errado, mas não tem problema.

O fato é o seguinte: este não é um projeto do Governo Michel Temer. É bom ficar claro isso. Não é um projeto de Michel Temer. Deputado Darcísio Perondi, este projeto, na verdade, é um pleito dos Governadores — é um pleito dos Governadores.

Deputada Jandira Feghali, minha amiga, V.Exa. é do Rio de Janeiro, V.Exa. é uma Deputada do Rio de Janeiro porque gosta, porque ama o Rio de Janeiro. É



claro que o Rio de Janeiro está quebrado. Então, ou resolvemos ou penalizamos todo mundo do Rio de Janeiro.

Eu faço oposição e não quero criticar ninguém. No mínimo, você tem que ter responsabilidade pública. Os Estados estão com dificuldade. Eu vou votar “sim”, a favor dos Estados, e peço aos meus companheiros da Oposição que encaminhem... Repito: este não é um projeto de Michel Temer, é um projeto dos Estados da Federação.



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é com muita honra que mais uma vez faço uso da tribuna, desta vez para comentar artigo da coluna *Tendências/Debates*, da *Folha de S.Paulo*, publicado no dia 3 do corrente, assinada pelo blogueiro a serviço do PT Eduardo Guimarães.

Ele inicia o artigo se apresentando como blogueiro, mas, ao se ver envolvido em questões com o Juiz Sergio Moro, quis ser reconhecido como jornalista a fim de ter guarida na lei e na opinião pública.

Acredito que, apenas por não ser mais obrigatório o diploma de jornalismo, qualquer cidadão sem vínculo notório com órgãos de imprensa possa ser reconhecido como jornalista.

Mas, lendo o artigo, lembro-me de uma máxima de humor invertido, segundo a qual estamos numa época em que a banana come o macaco, pois, sem nenhum senso de cidadania, entre outros tantos desvarios, afirma: “*Os delírios de um psicopata investido de um poder discricionário como Sergio Moro vão custar seu emprego, sua vida (sic)*”, numa clara ameaça de morte a uma autoridade pública do Poder Judiciário pátrio.

No mesmo artigo, citando suas mídias sociais, ou o Blog da Cidadania, copia mensagens com suspeita semelhança das opiniões dos líderes petistas, aos quais presta serviço.

Esses cidadãos, mancomunados com tudo que as esquerdas têm de perverso, em detrimento da família, da sociedade e do bem comum, ousam desafiar



o poder constituído sem o mínimo temor pela lei, que teimam em desrespeitar, emitindo opiniões que tentam fazer com que seus seguidores se insurjam contra as autoridades, colocando-se como vítimas, quando, na verdade, são algozes da paz social.

Devemos, na qualidade de legisladores, oferecer mecanismos à sociedade para que maus cidadãos não se escudem em leis falhas para achincalhar autoridades no exercício de suas funções e acintosamente queiram ditar regras, como faz no final de seu alfarrábio.

Finalizo, pedindo a Deus que nos proteja de pessoas que nada mais fazem do que estimular conflitos e contendas e que derrame especiais bênção sobre o nosso povo.



**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*:

O Brasil e a sua dura realidade. Cerca de 17 milhões de crianças de até 14 anos, o equivalente a 40,2% da população brasileira nessa faixa etária, vivem em domicílios de baixa renda. No Norte, são 60,6% e, no Nordeste, 54%. São regiões que apresentam as piores situações, com mais da metade das crianças vivendo com renda domiciliar *per capita* mensal igual ou inferior a meio salário mínimo. Desse total, 5 milhões e 800 mil vivem em situação de extrema pobreza, caracterizada quando a renda *per capita* é inferior a 25% do salário mínimo. Com o piso nacional fixado em 937 reais, significa que esses menores sobrevivem com menos de 235 reais por mês — algo incompreensível, algo desumano.

Os dados fazem parte do relatório Cenário da Infância e Adolescência no Brasil, documento divulgado pela Abrinq, que expõe um panorama da situação infantil no País: situação delicada, situação grave. O estudo foi feito utilizando dados de fontes públicas, entre elas o IBGE.

Nesta quarta edição, a publicação reúne 23 indicadores sociais, divididos em temas como trabalho infantil, saneamento básico, mortalidade e educação. A publicação também apresenta uma série de propostas referentes às crianças, que estão em tramitação no Congresso Nacional.

Um dos temas abordados no documento é a violência contra crianças e adolescentes. Segundo o levantamento, 10.465 crianças e jovens com até 19 anos foram assassinados no Brasil em 2015, o que corresponde a 18,4 % dos homicídios cometidos no País naquele ano. Em mais de 80% dos casos, a morte ocorreu por



uso de armas de fogo. A Região Nordeste concentra a maior parte desses óbitos. São 4.564 casos.

O estudo também mostra que 153 mil denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes chegaram ao Disque 100, ou seja, ao Disque Direitos Humanos, em 2015. Em 72,8% das ligações, a denúncia se referia a casos de negligência, seguida por relatos de violência psicológica, física e sexual.

Com base em dados oficiais, o documento revela mais. Embora tenha diminuído o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na faixa de 10 a 17 anos, houve aumento de 8.500 crianças, de 5 a 9 anos, ocupadas, o que é desolador, porque criança tem que estudar e brincar, e não arcar com o ônus de ser adulto antes do tempo.

As estatísticas não devem nos levar apenas à reflexão, mas a trabalharmos para que as crianças e os adolescentes sejam foco prioritário de ação, seja onde for, principalmente nos países comprometidos com o desenvolvimento sustentável, com a redução da pobreza e da desigualdade e com a promoção da justiça.

Cabe lembrar que a Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela Organização das Nações Unidas em 20 de novembro de 1959, estabelece que todas as crianças têm direito:

1. À igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
2. A especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social.
3. A um nome e a uma nacionalidade.
4. À alimentação, moradia e assistência médica adequada para a criança e a mãe.
5. À educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente



deficiente.

6. Ao amor e à compreensão por parte dos pais e da sociedade.
7. À educação gratuita e ao lazer infantil.
8. A ser socorrida em primeiro lugar, em caso de catástrofes.
9. A ser protegida contra o abandono e a exploração no trabalho.
10. A crescer dentro de um espírito de solidariedade, compreensão, amizade e justiça entre os povos.

Cabe lembrar também que, em 13 de julho de 1990, foi sancionado, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente, mas, para ser considerado um marco histórico na garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, a lei precisa ser respeitada, afinal é inconcebível que milhares de crianças enfrentem tantas dificuldades para ter acesso aos direitos mais básicos. É inaceitável que tenham que enfrentar tantas adversidades para sobreviver.

Muito obrigado.



**O SR. DR. SINVAL MALHEIROS** (Bloco/PTN-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, ou que me ouvem, leem e veem pela *Rádio Câmara* e *TV Câmara*, Internet, redes sociais e, inclusive, pela Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS, em particular os ilustres cidadãos do meu Estado, São Paulo, aos quais tenho o orgulho de aqui representar; um médico de 32 anos foi agredido recentemente por três jovens embriagados na Santa Casa de Misericórdia, em Rio Preto. D.M.B., (iniciais do nome desse profissional) foi brutalmente atacado.

Outro médico foi agredido pelo pai de uma paciente no pronto-socorro do Bairro São João, em Araçatuba. A vítima tinha 59 anos e registrou um boletim de ocorrência como lesão corporal.

Num tempo não muito distante, a médica M.H.V. iniciava mais um dia de trabalho no Hospital Geral de São Mateus, bairro da periferia de São Paulo, onde dezenas de pessoas a aguardavam para consulta. Repentinamente, uma mulher entra em sua sala. Impaciente com a demora no atendimento, desfere um soco no rosto da especialista.

Num posto de saúde, também na Capital paulista, a médica K.S.F. é atingida com vários murros. A agressora? Uma mãe inconformada com a inexistência de exame de tomografia na unidade.

Essas tristes histórias que viraram notícias fazem parte do dia a dia dos profissionais de saúde de todo o Brasil. Isso significa que a missão de salvar vidas tem se tornado cada vez mais perigosa em nosso País. Os relatos de violência abrangem todo o sistema, mas são mais comuns na rede pública, onde os pacientes sofrem com a precariedade do atendimento.



Nobres Parlamentares, diante de uma realidade tão cruel e injusta, na condição de médico e Deputado Federal, protocolizei nesta Câmara o Projeto de Lei (PL) nº 7.269, de 2017, que *“acrescenta o § 13 ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para qualificar a conduta de agressão contra profissionais de saúde”*.

A propositura prevê reclusão de 1 a 5 anos para lesões praticadas contra profissionais ligados à área de atenção à saúde, ainda que fora do ambiente de trabalho, mas em virtude da condição da vítima como profissional do setor. No caso de lesão praticada por menor de 18 anos, deverão ser aplicadas as penas estabelecidas no art. 112, IV a VI, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conforme a gravidade do delito.

Pesquisa divulgada em meados de março pelo Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo (COREN) e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) indica que 59,7% dos médicos e 54,7% dos profissionais de enfermagem sofreram, por mais de uma vez, situações de violência no trabalho. Foram entrevistadas 5.658 pessoas entre os meses de janeiro e fevereiro deste ano.

É um panorama grave. Os médicos e demais profissionais vivem uma situação de extrema vulnerabilidade. O estado precário do sistema público de saúde propicia esse cenário. As pessoas ficam horas na fila à espera de um atendimento que nem sempre é o mais adequado. Sem falar da falta de equipamentos, medicamentos básicos e inclusive especialistas. Tudo isso provoca um desgaste emocional que pode culminar em atos de agressividade.

Minha proposta, senhores, foi elaborada em parceria com a Associação



Médica Brasileira (AMB), representada pelo seu Presidente, Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho, que contribuiu para que o PL atendesse ao interesse de toda a classe.

Entendo ser preciso agir com rapidez e determinação para coibir esses indicadores. São números que envergonham a todos. A violência contra médicos e demais profissionais ligados ao setor (enfermeiras, fisioterapeutas, psicólogos, farmacêuticos, odontólogos, técnicos de enfermagem, etc.) vem aumentando de forma assustadora. Esta é a realidade em todas as Unidades da Federação. Em algumas cidades, é regra a violência contra os profissionais de saúde.

Venho a esta tribuna, nobres Parlamentares, muito mais que relatar esse gravíssimo problema social, pedir para que a aprovação deste projeto de lei ocorra em menor tempo possível em respeito aos profissionais de saúde. Trata-se de defesa a um segmento tão importante para a sociedade, segmento este responsável por salvar vidas.

Muito obrigado.



**A SRA. IRACEMA PORTELLA** (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, um tema que é relevante nas discussões sobre sustentabilidade e preservação da natureza é a questão do lixo eletrônico ou *e-waste*, como chamam os especialistas.

Segundo reportagem veiculada no *site* da Organização das Nações Unidas — ONU no Brasil, em 2018, os latino-americanos devem jogar no lixo 4.800 quilotoneladas de *e-waste* — 70% a mais do que em 2009.

O percentual da América Latina é maior do que os 55% esperados em âmbito mundial, de acordo com uma pesquisa do Instituto Universitário das Nações Unidas para o Estudo Avançado da Sustentabilidade — UNU-IAS e da Sistema Global para Comunicação Móvel — GSMA, destaca a matéria veiculada no dia 21 de fevereiro.

Esse lixo eletrônico é formado por celulares, computadores, eletrodomésticos e equipamentos que não são notados no dia a dia, os ditos medidores de energia. Eles são pequenos e não têm metais pesados. No entanto, podem causar riscos ambientais porque são descartados de qualquer forma, em lixões ou aterros sanitários.

Conforme ressalta a matéria do *site* da ONU, os medidores são totalmente reaproveitáveis e têm potencial lucrativo se forem descartados corretamente e reciclados. O Brasil, país latino-americano que mais produz lixo eletrônico, reciclou 1.400 quilotoneladas em 2014, de acordo com o estudo.

A reportagem conta que um trabalho do Banco Mundial em conjunto com a ELETROBRAS, realizado em seis Estados — Acre, Alagoas, Amazonas, Piauí, Roraima e Rondônia —, viabilizou o leilão de medidores obsoletos, transformadores, cabos e outros equipamentos a empresas de reciclagem. Com a venda, as



operadoras locais de energia arrecadaram R\$ 5,4 milhões. Esse montante será investido em projetos sociais.

A iniciativa faz parte do Projeto Energia +, que tem como objetivo melhorar a qualidade da transmissão e reduzir os problemas da medição.

*“A cada leilão, as empresas recicladoras se comprometeram a destruir os medidores obsoletos, para acabar com qualquer chance de eles serem reaproveitados na própria rede de distribuição, agravando os problemas que eram alvo do projeto”,* explicou Christophe de Gouvello, gerente do projeto no Banco Mundial. *“O destino final desses elementos se tornou rastreável, para termos certeza de que não parariam em um lixão”,* complementou.

De acordo com o especialista, existe interesse do mercado de reciclagem pelos equipamentos. Um exemplo disso é a empresa Trafominas, situada em Guaxupé, cidade mineira de 70 mil habitantes, e fundada por Geovani Marques, pequeno comerciante de metais na região, que buscou certificações de gerenciamento ambiental.

*“Comprar material não certificado não é mais parte da nossa rotina”,* contou Marques, referindo-se a uma prática muito frequente no setor: o processamento informal ou ilegal de lixo eletrônico — material roubado, por exemplo —, que movimenta entre US\$ 12,5 bilhões a US\$ 18,8 bilhões anuais no mundo, segundo a INTERPOL.

Conforme um estudo da ONU Meio Ambiente nos países em desenvolvimento, a coleta e a reciclagem de resíduos sólidos emprega mais de 64 milhões de pessoas.

Ou seja, é uma atividade que gera renda e ajuda na luta pela preservação da



natureza. Apesar disso, ela ainda precisa de marcos regulatórios e investimentos para se consolidar.

Dos 21 países da América Latina, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, México e Peru já dispõem de regulação para descarte e tratamento adequado desses resíduos. Mas só Costa Rica, México e Brasil têm empresas de reciclagem no padrão de sinalização internacional R2, que busca proporcionar maior segurança ao ambiente e à saúde dos trabalhadores.

Na opinião de Marcio Batitucci, especialista em salvaguardas do Banco Mundial, ouvido pela reportagem do *site* da ONU, o projeto com a ELETROBRAS trouxe avanços significativos, que podem ser aplicados em todo o Brasil.

Iniciativas como essas são sempre muito bem-vindas porque ajudam a dar visibilidade a práticas sustentáveis, abrindo possibilidades de trabalho para milhares de brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.



**O SR. ALFREDO NASCIMENTO** (PR-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tenho acompanhado de perto a mudança na taxa de administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e acredito que é preciso repensar essa proposta. Fui Superintendente da SUFRAMA e conheço a realidade desse modelo. A meu ver, com a crise que estamos passando, é preciso ponderar aumentos.

A Medida Provisória nº 757, de 2016, que trata da questão tributária da Zona Franca de Manaus, cria duas taxas sobre a importação de mercadorias e sobre serviços: a Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e a Taxa de Serviços (TS), ambas destinadas exclusivamente ao custeio e às atividades-fim da SUFRAMA.

A medida estabelece ainda que a importação de mercadorias estrangeiras ou a entrada de mercadorias procedentes do território nacional no âmbito da Zona Franca de Manaus, das Áreas de Livre Comércio (ALCs) ou da Amazônia Ocidental deverá ser licenciada ou registrada junto à SUFRAMA para efeito de fruição de incentivos fiscais. A MP foi editada para substituir a Taxa de Serviços Administrativos (TSA), considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em maio de 2016.

Ao que se sabe, em audiência pública realizada ontem no Senado Federal, na Comissão Mista encarregada de emitir parecer à MP, foi proposta nova mudança, por meio de portaria, na qual a cobrança será feita no quinto dia útil do mês seguinte ao pedido de internação da mercadoria. Assim, concedem-se mais 30 dias de pagamento a partir do transporte das mercadorias, e não do pedido, motivo de muitas críticas dos setores do comércio e da indústria. Ainda haverá debate sobre a



medida na Assembleia Legislativa do Amazonas, mas desde já é preciso rever essa proposta.

Esse prazo, no entanto, não muda a realidade do produto final. Com as novas taxas, aumentarão os custos das mercadorias produzidas em Manaus e nas ALCs, deixando nosso produto menos competitivo no mercado. Isso pode ocasionar consequências gravíssimas para a economia do nosso Estado, gerando uma crise sem precedentes. É preciso ouvir os empresários, ouvir todos os interessados.

No mais, como ocorria nos últimos anos, toda a receita obtida com a cobrança da taxa da SUFRAMA era recolhida para o Tesouro. Mais de 400 milhões de reais, nos últimos cinco anos em que a taxa estava em vigor, foram engordar os cofres da União, deixando de ser destinados a ações de desenvolvimento na área de abrangência da Zona Franca de Manaus. Isso não é justo!

As novas taxas aumentam em, pelo menos, três vezes o valor do serviço. A preocupação é compartilhada por todos que estão no processo produtivo. Isso compromete uma cadeia econômica, refletindo em empregos, arrecadação, vendas. Atinge inclusive os Municípios.

Por conta da crise econômica brasileira, a Zona Franca de Manaus passa por dificuldades conjunturais. Contudo, mesmo fortemente atingida por todos os problemas econômicos, a Zona Franca de Manaus fechou 2016 com faturamento de 74,4 bilhões de reais, 85 mil empregos diretos e cerca de 400 mil empregos indiretos, além de responder pela maior arrecadação de tributos federais e estaduais da Região Norte. Temos que preservar o que está dando certo!

Não é possível criar novas taxas, quando a realidade do País demonstra que é preciso gestão e melhoria de serviços, e não onerar mais, inserindo tributações.

Era o que tinha a dizer.



**O SR. SABINO CASTELO BRANCO** (PTB-AM. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na condição de Parlamentar trabalhista, apresentei ontem, dia 4 de abril, o Projeto de Lei nº 7.310, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, a fim de garantir remuneração de trabalhador terceirizado igual à do empregado da empresa contratante.

O Presidente Michel Temer sancionou, no dia 31 de março, a Lei nº 13.429, de 2017, a chamada Lei da Terceirização, que amplia a possibilidade de contratação de trabalhador mediante a celebração de contrato com empresa prestadora de serviços. Além de alterar os dispositivos relacionados ao trabalho temporário (Lei nº 6.019, de 1974), a norma introduz dispositivos regulamentando a prestação de serviços. Embora haja preceito determinando que a remuneração do trabalhador temporário seja equivalente à do empregado da tomadora de serviços, não há garantia nesse sentido para o trabalhador terceirizado.

Assim, julgamos oportuna a apresentação do presente projeto, a fim de garantir que a remuneração do trabalhador terceirizado seja equivalente à do empregado da empresa contratante que desenvolva as mesmas funções. Garantir isonomia salarial aos terceirizados é uma questão de justiça e evita o absurdo de termos no mesmo ambiente de trabalho disparidades salariais. Essa é a única forma de se evitar a precarização das relações trabalhistas, com a substituição de empregados por trabalhadores terceirizados com remuneração menor.

Ressalto que o serviço terceirizado avança de forma irreversível na conquista de espaço em praticamente todos os segmentos do trabalho moderno, como construção civil, informática, transporte, casamento, formatura, limpeza, segurança,



e tantos outros. Essa condição confere à terceirização uma magnitude considerável. E seus trabalhadores precisam ser valorizados para que todos os setores do mercado frutifiquem saudavelmente.

Contamos, portanto, com o apoio de nossos ilustres pares, a fim de aprovarmos o projeto de lei que aprimora a terceirização e dá sentido de equidade à Lei nº 13.429, de 2017. O trabalhador terceirizado merece nossa admiração e respeito.

Muito obrigado.



**O SR. LUCIANO DUCCI** (PSB-PR. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, enviei a Indicação nº 3.029, de 2017, à Presidência da República, para que seja regulamentada a indenização de servidores públicos federais que trabalham em regiões de fronteira, prevista na Lei nº 12.855, 2013. Essa compensação é destinada aos servidores da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal e aos auditores da Receita Federal, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Ministério do Trabalho e Emprego.

A Lei de Indenização de Fronteira, como ficou conhecida, teve o intuito de fortalecer a carreira de servidores localizados em áreas estratégicas, vinculadas a prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos transfronteiriços. Até agora o pagamento não foi regulamentado e, portanto, não foi executado. Essa situação deixa sem definição quais cidades terão direito ao recebimento.

A indenização é imprescindível para reduzir as dificuldades de fixação e ampliação do quantitativo de servidores em localidades estratégicas para prevenção, controle, fiscalização e repressão dos delitos fronteiriços. Para se ter uma ideia, só a Polícia Rodoviária do Paraná é responsável por mais de 20% das apreensões de drogas, armas, contrabando, descaminho e toda a sorte de crimes da região da Tríplice Fronteira, que compreende o Brasil, a Argentina e o Paraguai.

A medida é uma norma legal e extremamente necessária para garantir os direitos dos profissionais e apor, assim, segurança nas fronteiras do País.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos canais de comunicação desta Casa.



**O SR. ROBERTO ALVES** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores que nos acompanham pela *TV Câmara* e *Rádio Câmara* de todas as regiões do Brasil, um dos compromissos que assumi ao exercer este mandato foi o de prover meios para garantir a proteção e a segurança das crianças e adolescentes deste País. E, graças a Deus, o trabalho que vimos realizando nos últimos meses vem gerando frutos, sendo exemplo de que o Parlamento, além da função sua primordial de legislar, também pode exercer o papel de ouvidor do povo.

A Frente Parlamentar “itinerante” contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, presidida por mim, vem percorrendo o interior do Estado de São Paulo, levando informação, orientação e prestação de serviços a centenas de famílias, que têm nos recebido com todo o carinho, parando as suas atividades rotineiras para ouvir a nossa mensagem de amor de proteção às nossas crianças e adolescentes.

Há 2 semanas, estivemos na cidade de Elias Fausto, a 45 quilômetros de Campinas. Lá, montamos a nossa tenda, colocamos mesas e cadeiras para atender ao público que nos recebeu de braços abertos. Instalamos brinquedoteca para as crianças, distribuímos doces e pipoca. Nossa equipe percorreu as residências e os estabelecimentos comerciais, distribuindo o gibi *Robertinho e Sua Turma* para todos os que vieram nos receber. Quero mandar felicitações ao nobre Vereador Adriano Luko, do PRB daquela cidade, e a toda a sua equipe, que não mediram esforços para divulgar o trabalho da nossa Frente Parlamentar, usando estrutura própria para que a cidade de Elias Fausto soubesse da nossa visita e nos recebesse com todo o carinho. Dedico-lhes o meu abraço fraterno e o agradecimento pela parceria.



Nobres Deputados, nossa Frente Parlamentar tem o objetivo de orientar os pais, mães, avós e, sobretudo, as crianças e os adolescentes, sobre os crimes de abuso e exploração sexual. O abuso é um crime silencioso, sorrateiro, que muitas vezes começa dentro da própria casa, cometido por alguém da confiança da vítima. E, geralmente, a criança é ameaçada por meses, até anos, para que nunca conte a ninguém o crime de que vem sendo vítima. O abuso sexual é um mal que deixa sequelas para sempre na vida da pessoa e que destrói toda a família quando o crime vem à tona. O abuso sexual, somado ao descaso, à desestruturação familiar e a outras violações de direitos, leva a criança ou o adolescente ao mundo sombrio da exploração sexual.

Segundo dados do Governo Federal, o Disque 100 recebeu, no passado, mais de 77 mil relatos de abuso e exploração sexual, isto é, 211 denúncias de violência sexual infantojuvenil por dia. A cada 8 minutos, uma criança ou adolescentes é vítima de abuso ou de exploração sexual no Brasil! Esses números retratam uma realidade triste e perturbadora, porém silenciosa, que mostra o quanto o abuso sexual atinge milhares de famílias brasileiras, de todas as classes sociais, mas que uma parte da sociedade ainda fecha os olhos e se nega a debater o tema com profundidade.

Acreditamos, Sr. Presidente, que orientar as nossas crianças é o melhor meio de preveni-las contra o abuso sexual. Por isso, implementamos o gibi *Robertinho e Sua Turma*. Esse projeto é inovador, criado para ensinar as crianças de até 12 anos a se prevenirem contra o abuso sexual e a ajudarem a sociedade a proteger outras crianças. Além da historinha, acrescentamos joguinhos educativos, palavras cruzadas, um pouco da legislação que protege as crianças e adolescentes e,



principalmente, os números de emergência da polícia e de órgãos de proteção.

Graças a Deus, Sr. Presidente, já distribuímos cerca de 20 mil exemplares. O apoio de parceiros tem sido fundamental, pois, através deles, o gibi vindo sendo entregue nas cidades por onde passamos, nas residências, nas igrejas, nas escolas e nos órgãos públicos municipais. Como Parlamentar do PRB, tenho orgulho de fazer parte desse projeto tão importante para a educação das nossas crianças.

Quero aproveitar a minha fala nesta tribuna para dizer que a Frente Parlamentar “itinerante” contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes segue percorrendo as cidades do interior paulista e estamos sempre abertos a novos convites. Afinal, é meu compromisso contribuir para uma infância e juventude saudável para todos os brasileiros e brasileiras. Abuso e exploração sexual não é problema meu, é problema nosso!

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



---

**O SR. BILAC PINTO** (PR-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o jornal *Correio Braziliense*, do dia 27 de março, publicou um texto intitulado *Leviatã tributário e a sina de um país contra o empreendedorismo*, cujas principais ideias julgo importante destacar, por ocasião deste Pequeno Expediente.

De autoria dos advogados Rodrigo Badaró de Castro, especialista em Direito Empresarial, e Maíra Konrad de Brito, especialista em Direito Tributário, o texto chama a atenção para o fato de o Estado continuar se agigantando, mesmo na atual conjuntura, em que o Brasil sofre a maior recessão de sua história. Os autores lembram já no título a célebre obra do inglês Thomas Hobbes, para o qual os homens só começaram a viver em comunidade quando concordaram em se unir por meio de um pacto social, submetidos ao poder de uma autoridade superior.

Entretanto, no DNA desse poder, parece estar inscrita a tendência ao crescimento desordenado e sem limites, que acaba por oprimir o cidadão. Nosso País é bom exemplo disso. Aqui, a coletividade paga cada vez mais caro para manter um Governo gastador, que não consegue converter em serviços adequados a enorme soma de tributos que arrecada.

O Leviatã inspirador da obra de Hobbes é mencionado no Livro de Jó como um monstro que ninguém, debaixo de toda a extensão do céu, seria bastante ousado para provocar, nem para afrontar e sair do embate com vida. Essa antiga ameaça bíblica, sob nova roupagem, aflige ainda hoje o contribuinte nacional, forçado a haver-se com a sanha arrecadatória do Estado.

Em raros momentos, sua aflição é aliviada pelo surgimento de boas notícias. Foi o que ocorreu em 9 de março, quando o Supremo Tribunal Federal iniciou o



juízo do RE nº 574.706, no qual se discute a constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e da contribuição ao PIS. Tal recurso foi escolhido pela Corte para ser afetado pelo instituto da repercussão geral, o que significa que seu resultado terá efeito sobre todas as causas de mesma natureza. E a boa notícia é que a Relatora, Ministra Cármen Lúcia, já acatou a tese dos contribuintes e entendeu que a parcela do ICMS, incluída no preço da mercadoria vendida ou do serviço prestado, não pode ser considerada como faturamento ou receita bruta, nem, portanto, sofrer a incidência de PIS ou COFINS.

Contudo, ainda é cedo para comemorar. Antes mesmo do início do julgamento do recurso especial, o Presidente Temer havia afirmado, em 7 de março, que pretendia editar uma medida provisória para reformar o PIS e a COFINS até o final do primeiro semestre. Muitos empresários estão receosos agora, pois acreditam que essa mudança acarretará aumento significativo da carga tributária, bem como elevação da taxa de desemprego e redução da competitividade das empresas optantes pelo SIMPLES Nacional.

Não se trata de mero pessimismo, mas do conhecimento da tradição brasileira de instabilidade do ambiente comercial, marcado pela frequente alteração de normas e pela insegurança jurídica.

Ressalta, nessa proposta do Governo, o fim do Regime Cumulativo, que trará grandes prejuízos para as empresas hoje taxadas com base no SIMPLES Nacional e no Lucro Presumido. O Regime Cumulativo tem alíquotas de 0,65% para o PIS e de 3% para a COFINS, ambas aplicadas sobre a receita bruta. Essa forma de cálculo é vantajosa, em especial, para as empresas pequenas, cujo maior custo é a mão de obra.



Caso sejam obrigadas a passar para o Regime Não Cumulativo, as alíquotas sobre seus produtos ou serviços passarão a ser de 1,65% para o PIS e de 7,6% para a COFINS, o que, de imediato, representará aumento brutal da carga tributária. E essas empresas nem poderão se beneficiar do abatimento de créditos previstos em tal regime, uma vez que seu maior gasto é com pessoal e não com insumos.

Além disso, perderão competitividade, pois deixará de existir o crédito ficto, por meio do qual as suas vendas possibilitam ao comprador compensar 9,25% do valor da nota fiscal, embora a tributação real seja igual ou inferior a apenas 3,25%. Acabará, assim, um grande estímulo à realização de negócios com empresas de pequeno porte.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação — IBPT, essa medida poderá resultar na extinção de cerca de 2 milhões de empregos, que recairá com mais força no setor de serviços. Isso é inaceitável no momento em que o Brasil já conta mais de 12 milhões de desempregados.

É claro que devemos pensar no constante aperfeiçoamento do sistema PIS/COFINS, mas não creio que a MP a ser proposta seja a melhor forma de fazê-lo. A extinção do crédito ficto e do Regime Cumulativo até pode gerar alguma receita adicional para o Governo em um primeiro momento. Em compensação, vai criar um enorme problema para a economia a médio e longo prazos, dado o efeito negativo sobre as pequenas empresas espalhadas por todo o Brasil.

A perspectiva é sombria. Afinal, como convencer o Leviatã, com toda a sua voracidade, de que a redução de impostos pode contribuir para a criação de um ambiente favorável à competitividade e ao empreendedorismo? Isso, sim, é capaz de produzir riqueza, ao contrário do aumento da tributação, que serve tão somente para alimentar o insaciável monstro.

Muito obrigado.



**O SR. STEFANO AGUIAR** (PSD-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna tratar de temática certamente pertinente pelo seu forte conteúdo inclusivo. Refiro-me à proibição de algemas em presas durante o parto.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, conforme divulgado no dia 23 de março de 2017 no *Jornal do Senado*, foi aprovado em Plenário proposta para tornar lei e política de Estado medida já prevista em súmula do Supremo e em decreto presidencial com objetivo de dar tratamento humanizado e proteger a saúde de gestantes em presídios e seus bebês.

O Plenário do Senado aprovou, no dia 22 de março de 2017, projeto que proíbe o uso de algemas em presas durante o parto, os atos médicos preparatórios durante a gravidez e logo após ela dar à luz. O Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 2017, segue para a sanção presidencial.

O uso de algemas traz riscos inclusive de antecipação do parto. Mulheres que cumpriam pena davam à luz algemadas no Brasil. Não foram poucas que passaram por tamanha barbaridade.

Sras. e Srs. Deputados, celebremos os desafios lançados, na certeza de que, ao garantirmos a qualidade de vida àquelas que tanta experiência trazem, estaremos reafirmando, com vigor, os direitos humanos como expressão direta da dignidade da pessoa humana.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa Legislativa e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.



**O SR. FLAVIANO MELO** (PMDB-AC. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, novamente chamado para conduzir o Brasil em meio a dificuldades econômicas, políticas e sociais, o PMDB do Presidente Michel Temer vem trabalhando com afinco para assegurar vida melhor aos brasileiros. O desafio é gigante: frente a tantas dificuldades, muitas vezes as realizações de peso se perdem em razão de críticas infundadas, maledicência política ou simples desconhecimento de causa. Com seus quadros competentes e experiência administrativa, o partido vem utilizando sua tradição democrática e articuladora no Congresso Nacional para superar problemas e encontrar soluções.

E os resultados felizmente começam a surgir. A aprovação da repatriação trouxe de volta ao Brasil quase R\$ 170 bilhões, um fôlego apreciável à economia nacional. Parte considerável destes recursos serviu para que Estados e Municípios combatessem seu déficit fiscal e ajudou as administrações a pagar o 13º de servidores e terceirizados.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de toda a crise, uma das boas notícias para este início de 2017 foi a manutenção do Programa Bolsa Família e ainda o aumento de verba liberada pelo Governo Federal, o que vai elevar o valor do benefício em 12,5% e ainda ampliar o programa. Com isto, milhares de famílias poderão superar a situação de pobreza extrema, garantindo uma qualidade de vida um pouco melhor para os seus.

Os bons resultados não param por aí. Depois de 22 meses de números negativos, foram criados 35 mil empregos com carteira assinada em fevereiro — um alento frente a milhões de desempregados, que agora, pelo menos, veem que as vagas de trabalho começam a voltar. Para isto, foi implementada uma política



---

corajosa de fortalecimento à empresa privada, nas áreas da indústria, comércio, agricultura e serviços.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para equilibrar as contas públicas a fim de retomar o crescimento, foi aprovada, em tempo recorde, lei que limita os gastos públicos — tudo isto graças a um diálogo permanente e franco com o Congresso Nacional. Criadas as condições para a criação de empregos, a queda da inflação e a baixa dos juros vieram logo a seguir.

Até o final do ano, a inflação estará abaixo do centro da meta — de 4,5% —, de acordo com dados do Banco Central. São fatores essenciais para o crescimento da economia, resultando em mais emprego e renda. E mais: foi retomada a confiança tanto do empresariado nacional quanto do investidor estrangeiro, um dado imprescindível em qualquer economia saudável.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mais de 30 milhões de trabalhadores vão contar, em mãos, com cerca de R\$ 35 bilhões, fruto da liberação dos saldos das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), dinheiro que vai servir para pagar dívidas, reabrir créditos e garantir compras que vão aquecer o comércio lojista — um fluxo de recursos considerável que vai estimular a economia e beneficiar a sociedade em geral.

Para reforçar ainda mais a economia, o Governo Temer injetou, este ano, R\$ 75 bilhões para a construção de cerca de 600 mil casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, o que vai reacender a construção civil, criando emprego e renda.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo Temer está empenhado ainda na realização das reformas política, previdenciária e trabalhista, ações que o Brasil precisa para garantir crescimento econômico sustentável e desenvolvimento



social permanente. Afinal, para superar a herança perversa deixada pelo PT, é necessário coragem, competência e muita determinação política.

Os avanços, enfim, estão sendo feitos em todas as frentes. A transformação é inegável e o Brasil está saindo da recessão — uma realidade bem diferente para quem assumiu um País falido, com problemas sociais e políticos profundos. É o Governo do PMDB trazendo de volta, a passos seguros, a segurança jurídica, o equilíbrio financeiro e o bem-estar social que a sociedade deseja. É o Brasil, enfim, começando a trilhar um futuro seguro.

Muito obrigado.



**O SR. LEONARDO MONTEIRO** (PT-MG. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores e servidoras da Casa e dos gabinetes parlamentares, ouvintes da *Rádio Câmara*, telespectadores da *TV Câmara*, é com muita tristeza que recebemos a notícia de mais um vazamento chegando às águas do Rio Doce. Cerca de 3 mil litros de óleo foram despejados no Rio Doce, em Governador Valadares, após um acidente em um posto de combustíveis na sexta-feira, dia 31 de março. Parte do abastecimento de água chegou a ser interrompido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto — SAAE, sendo posteriormente restabelecido.

O acidente teria ocorrido justamente no momento em que era feito um teste de verificação de vazamento no tanque subterrâneo. Segundo a Polícia Militar de Meio Ambiente, a equipe do posto realizava análise do combustível quando um cliente, ao manobrar o veículo, bateu em um dos equipamentos. A Polícia cobriu com serragem o chão do posto por medida de segurança, mas o conteúdo vazado escorreu por um bueiro e atingiu a rede pluvial. A PM afirma que não houve rompimento do tanque. Um técnico da Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável — SUPRAM e o Corpo de Bombeiros foram acionados, junto com a Polícia Ambiental.

O vazamento atingiu o Córrego Figueirinha, dentro da cidade, e o combustível chegou ao Rio Doce, obrigando o SAAE a interromper, preventivamente, a captação nas Estações de Tratamento de Água — ETA do Recanto dos Sonhos e de São Vitor, na rota de escoamento do óleo. A captação na ETA Central também foi suspensa por precaução, apesar de estar localizada antes da rota do combustível.

Ainda no dia do acidente, o SAAE fez um alerta para que a população



economizasse água, pois naquele momento não havia previsão para o resultado das análises de contaminação da água. Um dia após o acidente, a Prefeitura anunciou que o trabalho foi parcialmente restabelecido. Das três ETAs que tiveram a captação paralisada, uma já estava em atividade normal. O posto onde aconteceu o acidente, no bairro de Lourdes, foi lacrado.

De acordo com nota enviada pela Prefeitura, uma análise no laboratório SAAE constatou que a ETA Central — a maior das três que tiveram a captação interrompida — não foi atingida pelo vazamento e já estava em atividade normal desde a manhã de sábado, dia 1º de abril. Amostras de água do Rio Doce foram enviadas para o laboratório Marion, em Piracicaba, Estado de São Paulo. Até o resultado final, os reservatórios de São Vitor e Recanto dos Sonhos serão abastecidos por caminhões-pipa, junto com hospitais, instituições de caridade e presídios, que têm prioridade no abastecimento.

A Prefeitura anunciou que o SAAE disponibilizaria 16 caminhões para realizar o abastecimento nos locais em que a água está em falta. Mesmo com a normalização da captação na ETA Central, a orientação do SAAE é que a população continue economizando água.

Lamentamos muito mais esse incidente no Rio Doce, que ainda não se recuperou do crime ambiental de despejo da lama tóxica após o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana. Nosso mandato continua empenhado em lutar pela recuperação dessa bacia hidrográfica tão importante para Minas Gerais e para o Brasil.

Muito obrigado.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 063.3.55.O**  
**Data: 05/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 063.3.55.O**  
**Data: 05/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando a 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 5 de abril, às 19h49min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei Complementar nº 343, de 2017. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 063.3.55.O**  
**Data: 05/04/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 4176**

---

***(Encerra-se a sessão às 19 horas e 47 minutos.)***